

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

GILTON ABREU

O ENSINO RELIGIOSO COMO INSTRUMENTO PARA MINIMIZAR AS
DESIGUALDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

São Leopoldo

2009

GILTON ABREU

O ENSINO RELIGIOSO COMO INSTRUMENTO PARA MINIMIZAR AS
DESIGUALDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Orientador: Roberto Ervino Zwetsch

Segundo Avaliador: Remí Klein

São Leopoldo

2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A162e Abreu, Gilton

O ensino religioso como instrumento para minimizar as desigualdades sócio-educacionais no contexto escolar / Gilton Abreu ; orientador Roberto Ervino Zwetsch. – São Leopoldo : EST/PPG, 2009.

68 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2009.

1. Ensino religioso. 2. Educação moral. 3. Valores sociais – Aspectos religiosos. 4. Justiça – Aspectos religiosos. I. Zwetsch, Roberto Ervino. II. Título.

GILTON ABREU

O ENSINO RELIGIOSO COMO INSTRUMENTO PARA MINIMIZAR AS
DESIGUALDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de Pesquisa: Educação
Comunitária com Infância e Juventude

Roberto Ervino Zwetsch – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Remí Klein – Doutor em Teologia – Faculdades EST

*A minha mãe, Guiomar, e
a meu pai, Otávio, em memória,
por terem sido, depois de Deus,
os primeiros a me amar desde minha concepção;
Aos irmãos e às irmãs, aos cunhados e às cunhadas,
aos sobrinhos e às sobrinhas,
pelo incentivo constante para não desistir.
Obrigado!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois foi quem me proporcionou a oportunidade de vir ao mundo;

A toda minha família, na pessoa de minha mãe e Aninha, a mais nova da família;

À Diocese, na pessoa de D. João Nilton, e ao clero, na pessoa dos padres Carlos Magno, Ivan e Gonçalo;

À Rede de Comunidades da Paróquia de São Brás Taperoá-BA, Diocese de Amargosa, pela compreensão, em nome dos Conselhos CAP/PPP/COMPAC's;

À FACE, nas pessoas dos professores Dário e Ana Lúcia;

Aos amigos Ulysses, Edgard, Antônio Fagundes, Sílvia, Rita, Josete e Bruno.

RESUMO

A sociedade atual tem dado primazia aos bens materiais e à tecnologia, estando tão iluminada no conhecimento e tão escura em sentido espiritual. É discutindo e buscando soluções que deve trabalhar o Ensino Religioso nas escolas públicas, pois constatamos a erosão dos valores morais. Isso nos leva a invocar a justiça, a paz e uma educação que estimule o senso crítico à base da pergunta, como fazia Cristo. É nesta visão que sugerimos um currículo do Ensino Religioso nas escolas públicas que trabalhe a justiça social, a tolerância, a paz e o resgate de valores.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Justiça. Valores. Educação.

ABSTRACT

The current society has been giving primacy to property and technology, being so illuminated in knowledge and so dark in spiritual sense. The Religious Teaching in public schools should work discussing and looking for solutions, because we verify the erosion of moral values. This provokes us to invoke justice, peace and an education which stimulates the critical sense to the base of the question, as Christ made. It is in this way that we suggest a curriculum of Religious Teaching in public schools which works social justice, tolerance, peace and the rescue of values.

Keywords: Religious teaching. Justice. Values. Education.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA..... | 10 |
| 1.1 Um breve histórico do Ensino Religioso | 14 |
| 1.2 A necessidade do acompanhamento do Ensino Religioso | 16 |
| 1.3 A importância do Ensino Religioso | 20 |
| 2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA | 26 |
| 2.1 Ensino Religioso à Luz da LDB e das Ciências da Religião | 28 |
| 2.2 Ensino Religioso e a interdisciplinaridade | 30 |
| 2.3 Uma relação entre o Ensino Religioso e a construção de valores | 35 |
| 3 ENSINO RELIGIOSO E DESIGUALDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS | 38 |
| 3.1 O Ensino Religioso e a educação problematizadora..... | 40 |
| 3.2 As injustiças sociais na ótica do Ensino Religioso | 45 |
| 3.3 Uma análise crítica quanto à metodologia do Ensino Religioso..... | 47 |
| 3.4 Proposições para um Ensino Religioso que responda à realidade da Escola Pública | 49 |
| 3.4.1 <i>O conhecimento</i> | 51 |
| 3.4.2 <i>O conhecimento pertinente</i> | 52 |
| 3.4.3 <i>A identidade humana</i> | 53 |
| 3.4.4 <i>A compreensão humana</i> | 56 |
| 3.4.5 <i>A incerteza</i> | 57 |
| 3.4.6 <i>A condição planetária</i> | 58 |
| 3.4.7 <i>A antro-po-ética</i> | 59 |
| CONCLUSÃO..... | 61 |
| REFERÊNCIAS..... | 63 |
| ANEXO A..... | 67 |

INTRODUÇÃO

A indignação com as injustiças sociais e a intolerância, bem como o dogmatismo que temos notado na proposta curricular do Ensino Religioso nas escolas públicas, têm nos inquietado ao longo de nosso sacerdócio. Percebemos que é possível, numa sociedade sem fronteiras no que diz respeito ao conhecimento, abrir-se para o diálogo e buscar novas propostas no descortinar deste milênio.

Com efeito, percebemos que, apesar de o tema em apreciação já se encontrar de certa forma discutido quer nas escolas, quer na academia, não se apresenta um olhar sensível, crítico-reflexivo, em torno do assunto. Conforme se percebe ao longo deste trabalho, apresentamos uma crítica ao currículo proposto pelo Estado e exortamos os governantes a repensar no que diz respeito ao diferencial apresentado pelo Ensino Religioso.

A dissertação faz uma ponte de ouro, intertextualizando Paulo Freire ao discutir educação bancária, educação problematizadora, a importância do diálogo e outras expressões de sua pedagogia, estabelecendo um diálogo entre teólogos, pedagogos e outros pensadores.

Buscamos estabelecer um fio condutor a partir de um breve histórico do Ensino Religioso, a fim de mostrar que a preocupação da aproximação do ser humano com Deus não é coisa nova. Após isso, abordamos a possibilidade de o Ensino Religioso ser trabalhado em todas as disciplinas ao discutirmos sua interdisciplinaridade.

Enfocamos também o grande diferencial na prática do Ensino Religioso, trazendo atenção à importância do senso crítico e da relação educação e conhecimento. É nesta ótica que propomos repensar o Ensino Religioso no decorrer desta dissertação.

1 ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA

A escola não deve ser encarada meramente como um local em que alunos se reúnem para ouvir os sermões de um mestre, mas é um amplo laboratório cujo objeto de estudo é o próprio ser humano, isto é, os educandos em seu processo contínuo de amadurecimento em todos os campos do conhecimento. É numa visão muito profunda que se fala do Ensino Religioso na escola pública no sentido de ser o meio eficaz da formação moral e social do educando.

É importante acrescentar que a escola é um espelho da sociedade e, nesta ótica, deve-se debater o papel do Ensino Religioso. Vê-se desde o início que o primeiro trabalho da escola pública é analisar toda a sociedade em que a escola, qual reprodutora ideológica do sistema, se encontra inserida para daí preparar um currículo que atenda às propostas de mudança e construção de valores morais, sociais, éticos e políticos, de forma a exercer ação transformadora em toda a sociedade.

A proposta aqui apresentada do Ensino Religioso na escola pública apresenta um novo olhar centrado no binômio ação/transformação. Vale ainda registrar, mesmo de maneira perfunctória, que esta proposta de ação/transformação deve estar conectada a todas as disciplinas, fazendo parte do currículo da escola e não simplesmente do conteúdo a ser apresentado. Vale lembrar a importância da interdisciplinaridade, tudo voltado para a missão, a visão e os valores aos quais se propõe a escola pública. Neste sentido, é muito sólido e eficaz o depoimento do pastor presbiteriano Jaime Wright: “o Ensino Religioso nas escolas se justifica quando direcionado à preparação para a vida. Este direcionamento se consegue de um lado, pelo estudo das Sagradas Escrituras e por outro lado pelo confronto com o jornal diário”.¹

É de suma importância a afirmação que coloca o Ensino Religioso ao lado da formação para a vida. Isso inclui o debate dos valores morais, éticos e sociais... Enfim, de todas as características da cidadania. Daí se conclui que o objetivo do Ensino Religioso não é meramente transmitir conteúdos, mas interagir integralmente

¹ Apud KLEIN, Remí; CARDOSO, Socorro (Org.). *Ensino religioso: em busca de uma proposta ecumênica*. São Leopoldo: Celadec, 1996. p. 8.

na formação do educando. Um educador que desempenha bem o seu fazer pedagógico, ao trabalhar com o Ensino Religioso, deve ter uma visão interdisciplinar muito abrangente, posto que, em todas as disciplinas e em todo o modo de vida do educando, está presente a ação/transformação da orientação pelo Ensino Religioso.

Eis algumas situações que justificam o laborioso trabalho do educador nesta complexa área: suponhamos que um educando traga à sala de aula uma observação de um colega que tenta passar à frente de outro, desrespeitando a fila de um Banco. Aí está a aplicação do precedente bíblico em uma aula com fundamento teórico e prático do princípio do amor, principalmente a regra áurea contida nas palavras de Jesus: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, porque isto é a Lei e os Profetas” (Mt 7.12).

Esta regra de ouro pode ser trabalhada em várias situações. Quando o educador trabalhar com relações humanas, relações interpessoais, bem como ao analisar as virtudes teologais da caridade, ao indicar a importância de se mostrar empatia diante do sofrimento dos outros. Neste campo, o educador pode trabalhar com as questões das desigualdades sociais, da má distribuição de renda e, neste aspecto político, lembrar que seguir as diretrizes das Sagradas Escrituras, no que concerne à empatia e à aplicação da regra de ouro, faz parte do contexto do Ensino Religioso. Conforme as observações de Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, encontramos as sólidas razões do Ensino Religioso na escola pública.

A formação ética e espiritual é grande aspiração do nosso povo o trabalho que realizamos nas escolas públicas se faz através das aulas ministradas sem proselitismo, respeitando o pluralismo religioso dentro da sala de aula. Os professores procuram transmitir valores humanos e transcendentais, num processo pedagógico de interdisciplinaridade e interconfessional, onde a palavra da vida vem de textos sagrados e outros. O eixo deste trabalho é a formação da consciência crítica e não cética no campo religioso. Assim nossos professores de Ensino Religioso pretendem dar condições aos alunos para que valorizem um ser superior e façam uma escolha consciente de sua opção religiosa e, por isso não deve excluir ninguém desta formação fundamental. Buscamos integrar todos num clima de respeito, justiça e paz. Procuramos ajudar na descoberta do verdadeiro sentido da vida.²

Percebemos que falar do Ensino Religioso na escola pública não é tarefa tão fácil, apesar de assim parecer. Se reeditarmos bem estas palavras, concluímos com

² Apud KLEIN; CARDOSO, 1996, p. 8-9.

a necessidade da releitura quanto às propostas atuais dos educadores que têm assumido este mister de rever o seu fazer pedagógico.

Com efeito, alguns professores do Ensino Religioso não apresentam o trabalho nesta visão científica, mas se arraigam no proselitismo e no fundamentalismo, objetivando doutrinar os alunos nesta ou naquela religião, algo bem diferente das propostas curriculares do Ensino Religioso que não deve ser conduzido por um cunho dogmático, nem ofender outras religiões. Assim, o educador deve buscar um forte embasamento para trabalhar dentro de uma proposta ecumênica, envolvendo a promoção da paz, dos valores, da ética, da solidariedade, da tolerância... Enfim, entendendo que todos nós somos colegas do mesmo planeta e temos nossas diferenças, porém temos também a mesma essência.

Uma das questões suscitadas pelos educandos que merece um trabalho abalizado do educador é no tocante à honestidade, uma vez que a corrupção tem se tornado lugar comum na sociedade hodierna. Isto deve ser uma preocupação dos professores que trabalham na ampla seara do Ensino Religioso. Amíúde os educandos questionam: “será que a honestidade é o melhor modo de agir”?

Em relação a este caso, o educador poderá analisar a questão fazendo a seguinte indagação para o educando: “Já sentiu, alguma vez, a tentação de mentir”? E criando uma história, inclusive dando nomes fictícios, o educador poderá mostrar aos seus educandos o conceito das Sagradas Escrituras sobre o assunto.

Eis a seguinte ilustração que poderá embasar uma aula neste sentido:

Domingos disse à mãe que tinha limpado seu quarto quando, na realidade, tinha jogado tudo debaixo da cama. Ricardo fez uma tentativa igualmente frustrada de tapar o sol com uma peneira ao falar com seus pais. Ele lhes disse que havia tirado péssima nota, não porque não estudou, mas porque ‘não se dava bem com o professor’.

Os pais, e outros adultos, geralmente conseguem ver o que há por trás destes óbvios subterfúgios. Todavia, isso não impede muitos jovens de, pelo menos, tentarem mentir, torcer a verdade ou tapear crassamente outros, quando isso lhes parece vantajoso. Por um lado, os pais nem sempre reagem friamente a crises. E quando um jovem chega em casa com duas horas de atraso do combinado, talvez

seja tentador dizer que houve um grave acidente na rodovia, em vez de dizer aos pais a embaraçosa verdade – que ele simplesmente perdeu a noção do tempo.

A escola pode representar outro desafio à honestidade. Os alunos não raro se sentem sobrecarregados de deveres de casa. Muitas vezes, existe competição acirrada. Nos Estados Unidos, as pesquisas indicam que mais da metade dos estudantes “colam” ou já “colaram”. Ao passo que uma mentira possa parecer atraente, e “colar” (ou tapear outros) a saída fácil, será que realmente compensa ser desonesto?

Mentir para escapar duma punição pode parecer vantajoso no momento. Mas a Bíblia avisa: “aquele que profere mentiras não escapará” (Pv 19.5). É grande a probabilidade de a mentira ser exposta e de ser ministrada, assim mesmo, uma punição. Nesse caso, os pais ficarão irados, não só por causa da transgressão inicial, mas também por ter o filho mentido para eles!

Um exemplo comum das mentiras é colar na escola, nesse caso o educador poderá analisar: Que dizer de “colar” em provas de matemática ou de leitura? Na verdade, os resultados podem não ser igualmente espetaculares — de início. Se o aluno não conseguiu dominar as matérias, contudo, talvez verifique futuramente que se “afunda” no mercado de trabalho! E um diploma conseguido por meio da “cola” não servirá muito como salva-vidas. A Bíblia diz: “a obtenção de tesouros por meio duma língua falsa é uma exalação impelida para longe” (Pv 21.6). Quaisquer vantagens derivadas duma mentira são tão efêmeras quanto o vapor. Seria muito melhor que se empenhasse a fundo e estudasse, em vez de mentir e trapacear para conseguir se formar! “Os planos do diligente seguramente resultam em vantagem” (Pv 21.5).

Finalmente, o educador, no tocante ao Ensino Religioso, poderá raciocinar que a honestidade precisa ser a diretriz para qualquer pessoa que deseja ser amigo de Deus. O Salmo 15.1-2 pergunta: “ó Senhor, quem será hóspede na tua tenda? Quem residirá no teu santo monte?” e em seguida obtêm-se a resposta: “*Aquele que anda sem defeito e pratica a justiça, e fala a verdade no seu coração*” (Sl 15.2).

1.1 Um breve histórico do Ensino Religioso

O desejo do encontro do ser humano com Deus vem desde sua criação. Entretanto, em se tratando da história do Ensino Religioso, podemos delimitar alguns períodos. Tomemos por marco histórico o Brasil Colônia, em que a religião católica era a única permitida até o Brasil Império, continuando sendo a religião oficial por força da concordata de Roma.

Nesse mesmo período, muitos debates surgiram, posto que os judeus e protestantes também possuíam os mesmos direitos de ministrar o Ensino Religioso nas escolas públicas. Por aí se denota que desde o Brasil Colônia já se percebe o Ensino Religioso de forma sistemática.

Com efeito, encontramos fortes bases históricas na Constituição de 1934, em seu Art. 153,³ ainda contemplado nas constituições de 1946⁴ e de 1967,⁵ na Emenda Constitucional n. 01 de 1969⁶ e na Lei 5692/71,⁷ conforme bem menciona a Ir. Madalena Fernandes, ao trazer as contribuições de seu trabalho:

Finalmente, em 1934 a Constituição dos Estados Unidos do Brasil, no artigo 153, versa: “o Ensino Religioso será de freqüência facultativa e ministrada de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis, e constituirá a matéria dos horários nas escolas públicas, primárias, secundárias, profissionais e normais”. Podendo se dizer que esta provação não deixa de ser o início de uma luta que irá ainda se prolongar por muito tempo.

Com o espírito da constituição de 1934, o Ensino Religioso foi contemplado nas constituições de 1937, 1946 e 1967, na emenda constitucional de nº 1 de 1969. E ainda em 1971 houve uma abertura

³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 jun. 1934. Art. 153. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

⁵ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Emenda Constitucional n. 1*. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

⁷ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 5.692. Brasília, 11 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l5692.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

maior com a Lei 5692/71, quando diz: “o Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”.⁸

Assim, o Ensino Religioso perpassa um longo caminho histórico cujo debate antecede a Constituição de 1988,⁹ e daí sempre avançando com perspectivas interdisciplinares. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, define, no artigo 2º os princípios da educação:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.¹⁰

No processo da educação, o Ensino Religioso tem sua parcela de contribuição para a formação do cidadão, independente de raça, cor, cultura e religião ao direito de participação na construção do exercício da cidadania.¹¹ Esse ensino, por legislação, é proposto como um elemento curricular e é reconhecido como área de conhecimento, conforme o afirmam o parecer nº 04/98 sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental” e a Resolução nº 02/98, de 29 de janeiro de 1998, da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Embora a Lei n. 9475/97 reconheça que o Ensino Religioso nas escolas públicas não seja de caráter confessional,¹² no tocante à Bahia no bojo do Art. 1º § 1º da Lei n. 7.945 de 13 de novembro de 2001, a seguir transcrito, o Ensino Religioso é disponível na forma confessional:

⁸ FERNANDES, Maria M. S. *Afinal, o que é Ensino Religioso?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2000. p. 22-23.

⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

¹⁰ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Art. 2º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

¹¹ OLIVEIRA, Lilian Blanck de. Formação e docência: passos, com-passos e (des)com-passos. In: BRANDENBURG, Laude E.; FUCHS, Henri L.; KLEIN, Remí; WACHS, Manfredo C. (Orgs.). *Práxis do Ensino Religioso na escola*. IV Simpósio de Ensino Religioso 12 a 14 abr. 2007. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 28.

¹² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9475.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

Art. 1º - O Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão, cumprindo ao Estado ministrá-lo nos horários normais de funcionamento das escolas públicas estaduais de educação básica, especial, profissional e reeducação, nas unidades escolares vinculadas às Secretarias da Educação e da Justiça e Direitos Humanos.

§ 1º - A disciplina instituída por esta Lei é de matrícula facultativa, sendo disponível na forma confessional pluralista, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.¹³

Vale ainda salientar que os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) elaborados por professores entre os anos 1996-97, constituem-se em um marco histórico da educação brasileira, os quais valorizam o pluralismo e a diversidade cultural da sociedade brasileira.

Neste perpassar histórico, percebemos uma evolução do Ensino Religioso atendendo sempre aos princípios da educação integral e em caráter interdisciplinar.

1.2 A necessidade do acompanhamento do Ensino Religioso

O professor do Ensino Religioso deve se interessar de perto no que diz respeito à ação/transformação de seus alunos, no seu efetivo exercício da cidadania. Na verdade, o fazer pedagógico do professor do Ensino Religioso envolve um processo contínuo.

Assim como um projeto para ser bem sucedido na sua implantação deve ser bem acompanhado em todas as suas etapas, o professor de Ensino Religioso deve considerar com seu aluno o projeto que constantemente é melhorado com base nos padrões das Escrituras Sagradas. Esse acompanhamento envolve toda uma prática a ser vivida. Notamos que todo conteúdo deve tocar o aluno incondicionalmente, haja vista tratar efetivamente de uma educação transformadora. Nesse sentido, vale considerar reflexões de Gruen:

Os conteúdos do Ensino Religioso não serão pensados apenas, nem prioritariamente, em termos de conhecimento. Há toda uma prática a ser vivida. Há toda uma esfera afetiva indispensável para convivência humana nas diversas comunidades religiosas, e mesmo para os que não professam uma religião: iniciação à admiração, ao simbolismo, à

¹³ GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Lei n. 7.945*. Salvador, 13 nov. 2001. Anexo A.

criatividade, ao senso gratuito. Há educação para responsabilidade social e política, para a ação transformadora.¹⁴

Notamos que o pensamento do autor é claro em dizer que o professor tem que viver a prática. Nisto está a identidade do professor: faz-se necessário não somente o conteúdo, mas todo o trabalho afetivo. É a partir desse ângulo que entendemos a necessidade de repensar todo o currículo da escola. Por outro lado, ainda colhemos da lição acima de que a educação deve ser para a responsabilidade social, para a ação transformadora e, nesse aspecto, consideramos importante o binômio: educação e cidadania.

Assim sendo, para falarmos com propriedade do acompanhamento do Ensino Religioso, temos que nos envolver em uma tríade, a saber: a nossa identidade, o repensar de nosso currículo e o trabalharmos com o binômio: educação e cidadania.

Começemos por fazer uma rápida análise da nossa identidade, pois não poderíamos ser eficientes se meramente aplicássemos a regra farisaica: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Entendemos que o nosso discurso tem que ser coerente com a nossa prática.

Seria uma incongruência de raciocínio falar em saberes, docência, identidade, conteúdos, currículos ou quaisquer terminologias pedagógicas sem analisar e sem se posicionar com criticidade sobre o tipo de sociedade em que vivemos, posto que a prática não tem efeito se não servir como um antídoto aos males da sociedade.

Aí está a importância do professor de Ensino Religioso, isto é, acompanhar num longo caminho seu aluno, observando se está desenvolvendo uma atitude transformadora.

Lamentavelmente, os saberes da docência não estão oferecendo uma visão crítica que possa, no mínimo, discernir o discurso da sociedade capitalista que impera no presente momento histórico. Nossa visão é que o professor que deixa revelar a sua identidade no contexto pedagógico traz à atenção de seus alunos que os males da nossa sociedade desigual devem ser repensados à luz dos

¹⁴ GRUEN, Wolfgang. *O Ensino Religioso na escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 85.

ensinamentos das Sagradas Escrituras. Entretanto, falar em repensar a sociedade implica necessariamente em conhecer e discutir os problemas que afligem a sociedade hodierna. Isso não é tarefa fácil, pois a ação intersubjetiva no tripé aluno, professor e Ensino Religioso demanda mais do que o conteúdo a ser transmitido, mas a sensibilidade da prática, da problematização, da criticidade para chegar ao resultado da equação que é a transformação.

A tomada de uma consciência crítica está muito mais presente no Ensino Religioso do que em qualquer outra disciplina, pois é preciso haver uma perfeita harmonia entre a ciência e a vivência.

Assim, entra em cena a postura do professor de Ensino Religioso mesmo contra as atitudes ideológicas de algumas instituições, pois o grande desafio para o acompanhamento do Ensino Religioso é a formação integral do aluno. Esta preocupação vai além da formação técnica e tem a ver com os valores morais, éticos e sociais. O objetivo é que o educando esteja apto a conviver, cooperando com os outros, tendo empatia, vivendo como irmão em solidariedade, amor e justiça. Por isso, o professor de Ensino Religioso tem esta responsabilidade de alimentar esta centelha da paz.

O professor que faz um bom acompanhamento do seu trabalho no Ensino Religioso deve demonstrar vivo interesse na atitude dos seus alunos. É como se fosse, na verdade, o antigo pedagogo mencionado na própria Bíblia, de acordo as palavras do Apóstolo Paulo: “Assim a lei tornou nosso pedagogo até Cristo, para que fossemos justificados pela fé” (Gl 3.24). E isso nos conduz ao raciocínio de que tanto o discurso do educador quanto sua prática devem ser coerentes com as orientações das Escrituras Sagradas, se ele pretende trabalhar com o aluno.

Notamos aqui que o fazer pedagógico, bem como a identidade do professor, se assenta em princípios bem fundamentados: práxis, vivência, exemplo, indignação com as injustiças e transformação.

O currículo é, por sua vez uma estrutura sólida, viva e concreta e não mera transmissão de conteúdos estereotipados. Tem a ver com valores morais, éticos, sociais, ação, afetividade, empatia e mudança de atitudes.

Cabe aqui uma analogia entre a intelectualidade e a espiritualidade, observando a beleza do poema de Fernando Pessoa, poeta português, ao analisar que muitos nos tempos atuais têm a cabeça cheia de conteúdo, mas falta a poesia, a bondade e a dança e as atitudes transformadoras para melhorar a si mesmo e ao mundo. Depois, o poeta faz uma chamada à ação, indicando que Jesus Cristo não sabia nada de finanças nem consta que tivesse uma biblioteca. Observemos o poeta:

Ai que prazer
 Não cumprir um dever,
 Ter um livro para ler
 E não o fazer!
 Ler é maçada,
 Estudar é nada.
 O sol doira
 Sem literatura.

O rio corre, bem ou mal,
 Sem edição original.
 E a brisa, essa,
 De tão naturalmente matinal,
 Como tem tempo não tem pressa...

Livros são papéis pintados com tinta.
 Estudar é uma coisa em que está indistinta
 A distinção entre nada e coisa nenhuma.

Quanto é melhor, quando há bruma,
 Esperar por D. Sebastião,
 Quer venha ou não!

Grande é a poesia, a bondade e as danças...
 Mas o melhor do mundo são as crianças,
 Flores, música, o luar, e o sol, que peca
 Só quando, em vez de criar, seca.

O mais do que isto
 É Jesus Cristo,
 Que não sabia nada de finanças
 Nem consta que tivesse biblioteca.¹⁵

O poema enfatiza a importância de associar o conteúdo à prática, pois, quando o autor menciona que livros são papéis pintados com tinta, conduz-nos ao raciocínio do vazio de um intelectual sem a prática transformadora. O importante é buscar o conhecimento com o objetivo de servir, cooperar e transformar, pois este é seu verdadeiro valor.

¹⁵ PESSOA, Fernando. Liberdade. In: PESSOA, Fernando. *Poesias*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

É oportuno lembrar que a ação transformadora de Jesus Cristo indicava que a verdadeira mudança vem por meio da prática. Mestre é aquele que ensina pelo exemplo. Desse modo, entendemos que a intelectualidade sem a espiritualidade não transforma o ser humano e o deixa apenas em completa escuridão mental.

1.3 A importância do Ensino Religioso

Temos observado que o Ensino Religioso é de suma importância na formação integral do aluno, até porque, muito além do discurso teórico, ele tem que ser vivenciado pela prática, implicando uma ação transformadora.

O professor, antes de tudo, deve ajudar os seus alunos a cultivarem a virtude, pois esta envolve a integridade de caráter e não surpreende, então, que qualidades tais como a prudência, a coragem, a autodisciplina, a imparcialidade, a compaixão, a perseverança, a honestidade, a humildade e a lealdade, numa ocasião ou noutra, tenham sido aclamadas como virtudes. A virtude também tem sido definida como seguir a norma do que é correto.

Visto que Deus determinou as normas do bem e do mal, e as revelou na Bíblia, não deveríamos ficar plenamente familiarizados com elas? O apóstolo Paulo escreveu: “toda a Escritura é inspirada por Deus e proveitosa para ensinar, para repreender, para endireitar as coisas, para disciplinar em justiça, a fim de que o homem de Deus seja plenamente competente, completamente equipado para toda boa obra” (2Tm 3.16-17).

O que diz a Bíblia sobre a excelência moral no campo comercial? Recorrer a métodos questionáveis ou fraudar regulamentos governamentais e leis fiscais é hoje uma prática comum no mundo dos negócios. No entanto, não importa o que outros façam, a norma bíblica é que devemos “comportar-nos honestamente em todas as coisas” (Hb 13.18). Portanto, cultivamos a virtude por sermos honestos e justos com patrões, empregados, fregueses e governos seculares (Dt 25.13-16; Rm 13.1; Tt 2.9-10). A honestidade certamente promove confiança e boa vontade. E fazer acordos por escrito, muitas vezes, evita mal-entendidos e complicações que podem surgir devido a ‘imprevistos’ (Ec 9.11; Tg 4.13-14).

A virtude não significa evitar passivamente o que é mau. Ela tem poder moral. A pessoa virtuosa demonstra retidão. “A virtude” precisa ser aprendida tanto com o coração quanto com a cabeça. O cultivo da virtude, portanto, envolve mais do que uma familiaridade cabal com a Palavra de Deus. Requer meditar sobre o que está escrito nela, para que nosso coração se encha de gratidão a Deus e sejamos induzidos a aplicar os princípios bíblicos na nossa vida.

Desse modo, o professor ajuda o aluno a orientar-se no sentido de repensar os seus paradigmas no tocante à virtude. É a perspectiva da educação para a paz, conforme bem menciona Gruen, mostrando a importância de se usar uma linguagem libertadora. Eis a clareza das suas expressões:

Devolver às palavras sua força expressiva. Não esbanjar termos falantes para designar realidades mudas. Se aquilo que se prega não for Boa-nova, novidade que faz o educando pular de alegria, provavelmente será uma velharia sem graça ou ruim; fará pular de alegria os opressores. Mas então deixa de ser Ensino Religioso; não lhe demos este nome.¹⁶

O que nos convence nas sólidas expressões acima é que somente dois caminhos nos são apresentados, a saber: a transformação do aluno ou a satisfação dos opressores.

Com efeito, podemos dizer que a transformação do aluno se dá quando os princípios das Escrituras Sagradas entram em ação. Mesmo que o professor de Ensino Religioso não exiba a Bíblia constantemente, mas dinamizando o Evangelho na prática, isso significa Boa-nova que, por sua vez, resulta em alegria. Nesta perspectiva, iremos trazer à atenção vários pontos das Escrituras Sagradas que dão o sabor da ciência e consciência, tornando o Ensino Religioso importante para os jovens.

Podemos dizer que o Ensino Religioso é importante na nossa educação porque nos orienta a seguir o caminho da vida. Basta observarmos com atenção a sabedoria contida no livro de Provérbios ao mencionar diversos conselhos sobre a benevolência, a veracidade, a honestidade, a brandura, a lealdade, o perdão, o amor, a instrução dos filhos e tantos outros.

¹⁶ GRUEN, 1994, p. 153.

Outra visão que deixa clara a importância do Ensino Religioso é quando analisamos que o essencial para a nossa vida é a espiritualidade, a confiança. Notamos isso no caso do salmista Davi:

Ó Deus, salva-me! Ajuda-me agora, ó Deus Eterno. Que sejam completamente derrotados e humilhados aqueles que me querem matar! Que fujam, envergonhados, aqueles que se alegram com as minhas aflições! Que caiam na desgraça e fiquem cheios de confusão aqueles que zombam de mim! Que fiquem alegres e contentes todos os que te adoram! E que os que são gratos pela tua ajuda digam sempre: "Como Deus é grande!" Eu sou pobre e necessitado; vem depressa em meu auxílio, ó Deus. Tu és a minha ajuda e o meu libertador; não te demores em me socorrer, ó Deus Eterno! (Sl 70.1-5)

Notemos bem que este salmo inicia e termina com um clamor urgente pela ajuda de Deus. Davi implora para que Deus aja depressa a fim de liberá-lo. Nos versículos de 2 a 4, ele faz cinco pedidos, todos expressando um desejo ou um vontade. Os três primeiros são sobre os que procuram matá-lo. Davi pede a Deus que derrote estes inimigos e os envergonhe pelas suas perversidades. No versículo 4, os dois apelos seguintes se relacionam com o povo de Deus. Davi ora para que o povo seja motivado a se alegrar e a louvar a Deus. No versículo 5, o salmista demonstra sua total confiança em Deus ao reconhecer que Deus é a sua ajuda e seu libertador. Isto indica a necessidade da espiritualidade do ser humano. Assinala a importância que o professor de Ensino Religioso deve dar a seu conteúdo de forma prática, a fim de que o aluno possa vivenciar os princípios das Sagradas Escrituras na sua vida.

Com efeito, o trabalho na ampla seara do Ensino Religioso é bem mais significativo uma vez que o aluno encontra motivos suficientes para levar uma vida motivada pela paz, espiritualidade e confiança. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, notamos no mesmo salmo que Davi expressa uma confiança incondicional na ajuda de Deus quando ele usa a expressão "apressa-te". De modo similar, podemos lembrar aos nossos alunos que Deus ajudou ao salmista e também socorre a todos que têm confiança nele. Esta é outra maneira peculiar de se trabalhar com Ensino Religioso.

Observamos assim que o conteúdo a ser trabalhado no Ensino Religioso deve estar totalmente associado com a prática, pois o aluno deve vivenciar

princípios éticos, morais e espirituais e isto é diferente de uma instrução meramente formal ou tecnológica. O professor deve lembrar a importância da confiança que os alunos devem ter com Deus, pois isso possibilita criar um elo espiritual entre o ser humano e o próprio Deus. Deste modo, Davi tinha uma razão bem pessoal para confiar inteiramente na capacidade de salvar vinda de Deus. Ele sabia, por experiência própria, que os braços eternos de Deus podem livrar os que o servem. Um exemplo disto foi quando as mulheres de Israel aclamaram Davi por suas proezas militares e Saul ficou tão enciumado que arremessou a sua lança contra Davi. Nas duas vezes, Davi escapou da afiada ponta de lança.

O próprio Davi não procurou atribuir o mérito a si mesmo, pois no cabeçalho do Salmo 18, ele diz que foi o próprio Deus que lhe livrara da mão de Saul. Isto é importante para mostrar aos alunos que não é meramente o intelectual que prevalece, mas a confiança em Deus é o princípio espiritual que não se pode desperceber.

É importante também destacar que a fé incondicional de Davi o levou a ser amparado na doença. Certa vez, o rei Davi teve uma doença grave, como menciona o Salmo 41. Temporariamente acamado, Davi estava tão doente que alguns inimigos achavam que ele não levantaria. As circunstâncias mencionadas neste salmo talvez se relacionem com o estressante período da vida de Davi em que seu filho Absalão tentou usurpar o trono.

Por exemplo, Davi se referiu a um amigo de confiança, que costumava comer pão com ele, como aquele que o traía. Isto nos faz lembrar um incidente da vida de Davi. Durante a rebelião de Absalão, Aitofel, conselheiro de confiança de Davi, tornou-se traidor e juntou-se a Absalão na rebelião contra o rei (2Sm 15.31;16.15). É possível visualizarmos o enfraquecido rei na cama, sem forças para se levantar, sabendo que estava cercado de conspiradores que desejavam vê-lo morto, a fim de poderem levar avante seus planos malignos.

A confiança de Davi Naquele que o põe a salvo não vacilou. A respeito de um leal adorador de Deus que esteja doente, Davi disse: “bem-aventurado é aquele que atende ao pobre; o Senhor o livrará no dia do mal. O Senhor o sustentará no leito da enfermidade tu renovas a sua cama na doença” (Sl 41.1-3).

Até agora, abordamos alguns pontos no tocante à confiança, e o propósito de nos preocuparmos em discutir este assunto como eixo temático da importância do Ensino Religioso é que vivemos em um mundo de bastante esclarecimento em sentido intelectual, mas de certo modo em escuridão no sentido espiritual. E esta questão é oportuna para o conteúdo do Ensino Religioso, posto que vivemos num período de erosão de valores morais.

Entretanto, é preciso que o professor seja o próprio testemunho da dinâmica do seu ensino e trabalhe não apenas com palavras, mas com exemplos. Sobre isso, é oportuna a menção que faz Lurdes Caron nas seguintes expressões:

O professor e seu testemunho: a formação religiosa escolar só pode ser concebida como um processo dinâmico de busca comum entre educador e educando, que procuram renovar-se, dando mais sentido à sua própria vida. Em toda ação educativa, o que fala mais alto é o testemunho. Faz-se necessário que o educador saiba expressar-se pelas palavras e saiba, acima de tudo, testemunhar o que diz e o que ensina. Por isso, as palavras devem estar carregadas de sentido existencial, dinâmico e vital. A palavra do educador necessita aclarar os valores que são básicos para a vida do ser humano. O educando não está interessado em modelos de educação ou até de doutrinação cristã com conceitos ultrapassados, conformados, domesticados por uma situação já adquirida, instalada num fazer tradicional e que não sentem mais necessidades de mudança. O professor de Ensino Religioso necessita ser fermento na massa para ajudar os educandos nesta busca por novos valores e padrões de vida na atualidade.¹⁷

Entendemos que a confiança está intrinsecamente ligada aos valores, posto que os jovens estão perdendo o referencial, uma vez que presenciam constantemente notícias de corrupções, violências e desigualdades sociais.

Com efeito, o professor deve tornar o Ensino Religioso um meio importante para a construção desses valores. Fazendo uma analogia do trabalho do professor com seus alunos no tocante ao Ensino Religioso, podemos comparar com uma construção. A qualidade de uma construção depende em boa parte do tipo de materiais usados. O apóstolo Paulo disse que os melhores materiais são “ouro”, “prata” e “pedras preciosas” (1Co 3.10-12). Estes representam qualidades tais como fé, sabedoria, discernimento, lealdade, respeito e apreço amoroso por Deus e suas

¹⁷ CARON, Lourdes. *Entre conquistas e concessões: uma experiência ecumênica em educação religiosa escolar*. São Leopoldo: Sinodal, 1997. p. 104.

leis (Sl 19.7-11; Pv 2.1-6; 3.13-14). Como podem os professores ajudar seus alunos desenvolver estas qualidades?

Conforme as expressões acima de Lurdes Caron, o professor necessita ser fermento na massa para ajudar os educandos na busca por novos valores. Isso inclui ser exemplo, ser companheiro e ser comunicador. A diferença que marca o Ensino Religioso na vida dos educandos é a relação ciência e vivência, pois além dos conhecimentos do aluno e do professor, tais conhecimentos têm que ser praticados na vida. É preciso também que o trabalho se desenvolva num processo de mudança ambiental e comportamental, uma vez que o significado do Ensino Religioso é a transformação do aluno de forma que este mude de comportamento e do mesmo modo seja uma semente da paz que ajude outros também a mudarem de atitudes, visando redirecionar os paradigmas da educação atual.

2 OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA PÚBLICA

Falar em educação integral sem discutir a eficácia do Ensino Religioso como instrumento para minimizar as desigualdades sócio-educacionais no contexto escolar seria uma total incongruência de raciocínios, posto que equivale a se afastar da prática pedagógica e dos valores visto numa visão multifacetada tanto no sentido moral quanto nos sentidos social e emocional.

Colhe-se importante lição de Agostinho: “eu pecava, porque em vez de procurar em Deus os prazeres, as grandezas e as verdades, procurava-as nas suas criaturas: em mim e nos outros por isso, precipitava-me na dor, na confusão e no erro”.¹⁸ Disso se depreende que o Ensino Religioso é um instrumento motivador para orientar os jovens quanto aos valores, da importância de conviver bem com os outros, conscientizando que se encontrar em Deus e não em meras criaturas as verdades, grandezas e prazeres torna-se possível ter um olhar bem orientado em todos os aspectos da vida.

É importante destacar que o Ensino Religioso tem um papel especial na formação dos jovens, pois o objetivo do fazer pedagógico não é simplesmente que se desenvolva a intelectualidade desvinculada da espiritualidade, posto que é a sabedoria que exerce uma ação transformadora. Por conseguinte, para que não se faça confusão das verdadeiras diretrizes pedagógicas do Ensino Religioso, é preciso a esta altura estabelecer as diferenças entre catequese, Ensino Religioso e aula de religião.

Usados sem muita precisão ou preocupação de estabelecer distinções, os termos catequese, Ensino Religioso e aula de religião, por muito tempo, foram usados como equivalentes, pois estava implícita sua referência ao ensino da religião católica, majoritária no país.

A distinção entre catequese e Ensino Religioso aparece, pela primeira vez, na literatura da Igreja, num discurso do Papa João Paulo II aos Sacerdotes de Roma. A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em seu documento

¹⁸ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 21. ed. Bragança Paulista: São Francisco, 2006. p. 87.

Catequese renovada, orientações e conteúdo,¹⁹ traz uma breve citação desse discurso, o qual afirma que o Ensino Religioso deve “caracterizar-se pela sua referência aos objetivos e critérios próprios da estrutura escolar”,²⁰ e acrescenta que o Ensino Religioso nas escolas é distinto da catequese, dada na comunidade paroquial.

Hoje, com o avanço da reflexão catequética e das mudanças ocorridas no campo educacional – inclusive, no que se refere à legislação que institui o Ensino Religioso como disciplina curricular e área de conhecimento – essa distinção torna-se ainda mais clara.

Catequese é a educação ordenada e progressiva da fé, numa comunidade eclesial, para um conhecimento mais profundo do mistério de Deus, da pessoa e da mensagem salvadora de Jesus Cristo,²¹ visando uma adesão de fé, ou seja, fazer das pessoas discípulas e seguidoras de Jesus. Fundamentando todo seu conteúdo na Palavra Deus contida na Tradição e na Sagrada Escritura, “a finalidade definitiva da catequese é fazer com que alguém se ponha, não apenas em contato, mas em comunhão, em intimidade com Jesus Cristo”,²² o revelador do Pai.

O Ensino Religioso na escola pública, entendido, no contexto da educação, como disciplina curricular e área de conhecimento, visa à educação do cidadão, da dimensão religiosa do ser humano, para uma vida pessoal e social aberta ao Transcendente. Não pode ser entendido como mera informação a respeito de religiões ou manifestações religiosas, mas, através do conhecimento das grandes experiências religiosas da humanidade e das suas expressões em busca do sentido da vida, deve favorecer o autoconhecimento do educando e seu posicionamento diante da vida, na inter-relação respeitosa com os demais.

A expressão “aula de religião” utilizada algumas vezes para indicar o Ensino Religioso é entendida, normalmente, como o ensino de uma religião ou mais religiões, com uma conotação mais confessional.

¹⁹ CNBB. *Catequese renovada: orientações e conteúdo*. n. 125. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 21.

²⁰ Papa João Paulo II. *Discurso aos Sacerdotes de Roma*. 3 mar. 1981 apud CNBB, 1983, p. 49.

²¹ Sínodo dos Bispos. *Catequese para o nosso Tempo*. n. 1. 1977. p. 15.

²² CATECHESI TRADENDAE. n. 5. São Paulo: Paulinas, 1979. p. 33.

É bem específica a importância do Ensino Religioso no contexto escolar. A própria menção referindo-se ao Ensino Religioso no *contexto escolar* já o situa no âmbito da educação sistemática e formal, regida pela legislação brasileira. É, portanto, inserido no contexto da educação que o Ensino Religioso precisa ser entendido.

Vale salientar que, em se tratando do Ensino Religioso na escola pública, se deve trabalhar dentro de uma proposta que atenda à formação integral do aluno segundo os princípios da cidadania, afastando quaisquer formas de fundamentalismos e proselitismo, conforme menciona Karen Armstrong:

Um dos fatos mais alarmantes do séc. XX foi o surgimento de uma devoção militante, popularmente conhecida como “fundamentalismo”, dentro das grandes tradições religiosas. Suas manifestações são às vezes assustadoras. Os fundamentalistas não hesitam em fuzilar devotos no interior de uma Mesquita, matar médicos e enfermeiras que trabalham em clínicas de aborto, assassinar seus presidentes e até derrubar um governo forte. Os que cometem tais horrores constituem uma pequena minoria, porém até os fundamentalistas mais pacatos e ordeiros são desconcertantes, pois parecem avessos a muitos valores mais positivos da sociedade moderna.²³

O processo histórico tem avançado muito desde os primórdios em que se entendia o Ensino Religioso numa ótica fundamentalista e proselitista, hoje, no limiar do século XXI, tem-se enfatizado a diversidade cultural e religiosa bem como apreço à tolerância. E neste caminhar histórico, entendemos que a tendência é minimizar cada vez mais os princípios do fundamentalismo de forma que esperamos que ainda se abram as cortinas para um novo mundo sem conflitos e que a paz seja a ordem do dia.

2.1 Ensino Religioso à Luz da LDB e das Ciências da Religião

A Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional apresenta os princípios e fins da educação no Brasil, nestes termos: “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, tem por

²³ ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo do judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 9.

finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.²⁴

Conforme se depreende da própria leitura do Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a formação do cidadão não é tarefa específica da escola, posto que não cabe somente a ela preparar o cidadão para o exercício da cidadania, mais, em primeiro lugar, o Estado tem que desenvolver o seu papel cuidando de um currículo que satisfaça os ideais da coletividade e não apenas com base nos pressupostos ideológicos. Já se tornou expressão comum que a escola desempenha o papel da violência simbólica, atendendo à ideologia curricular do Estado.

Para que se reestruture esse pensamento, é necessário ressignificar o conceito de cultura, uma vez que de forma direta tem plena influência na religiosidade popular e, por sua vez, em todas as bases curriculares. Nesse sentido, Junqueira e Oliveira dizem

A cultura é um dos elementos basilares na compreensão do fenômeno religioso, para a antropóloga Ruth Benedict, a cultura é a lente através da qual vemos o mundo, ela é a marca das ações dos homens no meio ambiente e nas estruturas sociais na qual esta inserido, a religião contém em si muitos elementos da cultura, mas devemos ter o cuidado para não confundir elementos próprios da cultura com os da doutrina do credo religioso. Elementos que na religiosidade religiosa encontram-se entrelaçados e que facilmente podem confundir o observador menos atento.²⁵

Ao tratar do Ensino Fundamental, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma que a formação básica do cidadão se dá mediante o desenvolvimento da capacidade de apreender a ler, a escrever e a calcular; da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; da aquisição de conhecimentos e habilidades, da formação de atitudes e valores que fortaleçam os

²⁴ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1996. Art. 2º.

²⁵ JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Oliveira; OLIVEIRA, Lillian Blanck de. *Ensino Religioso: memória e perspectivas*. Edição comemorativa dos dez anos do FONAPER. Curitiba, Champagnat, 2005. p. 75.

vínculos familiares, os laços de solidariedade humana e de tolerância em que se assenta a vida social.²⁶

É na perspectiva da formação plena do cidadão, no contexto de uma sociedade cultural e religiosamente plural, na qual todas as crenças e expressões religiosas devem ser igualmente respeitadas, que se insere o Ensino Religioso como disciplina curricular, conforme a atual legislação:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.²⁷

O Ensino Religioso, constituído como disciplina curricular e área de conhecimento, através de conteúdos próprios e metodologia adequada, visa proporcionar ao educando o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, as experiências e expressões da religiosidade humana em busca do sentido da vida – que se constituem hoje em patrimônio cultural da humanidade – favorecendo o autoconhecimento do educando e seu posicionamento diante da vida.

2.2 Ensino Religioso e a interdisciplinaridade

É preciso também entender os eixos do Ensino Religioso e o conteúdo que o integra, pois isso é de fundamental importância na prática do processo pedagógico.

O Ensino Religioso, em sua articulação, destaca alguns aspectos fundamentais para sua concretização, tais como: as contribuições das áreas afins, como a antropologia, a psicologia, a pedagogia, a sociologia, as ciências da religião e as teologias; a busca permanente do sentido da vida; a superação da fragmentação das experiências e da realidade; o pluralismo religioso; a compreensão do campo simbólico; e a necessidade de evitar o proselitismo. Tendo presente a riqueza e a complexidade do campo religioso, o Fórum Nacional

²⁶ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1996, Art. 32.

²⁷ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1997, Art. 1º.

Permanente do Ensino Religioso, para a efetivação desta área do conhecimento, definiu cinco eixos e os respectivos conteúdos:²⁸

Culturas e Tradições Religiosas - desenvolve os temas decorrentes da relação entre cultura e tradição religiosa, tais como: a idéia de Transcendente na visão tradicional e atual; a evolução da estrutura religiosa nas organizações humanas no decorrer dos tempos; a função política das ideologias religiosas; e as determinações da tradição religiosa na construção mental do inconsciente pessoal e coletivo;

Teologias - analisa as múltiplas concepções do Transcendente, dentre os conteúdos destacam-se: a descrição das representações do Transcendente nas tradições religiosas; o conjunto de crenças e doutrinas que orientam a vida do fiel nas tradições religiosas; e as possíveis respostas norteadoras do sentido da vida: ressurreição, reencarnação, ancestralidade, nada.

Textos Sagrados e Tradições Oraís - aprofunda o significado do conceito **sagrado** no tempo e no espaço, com destaque para: a autoridade do discurso religioso fundamentado na experiência mística do emissor que a transmite como verdade do Transcendente para o povo; o conhecimento dos acontecimentos religiosos que originaram os mitos e segredos sagrados e a formação dos textos; a descrição do contexto sócio-político-religioso determinante para a redação final dos textos sagrados; e a análise e a hermenêutica atualizadas dos textos sagrados.

Ritos - busca o entendimento das práticas celebrativas, por isso contempla: a descrição de práticas religiosas significantes, elaboradas pelos diferentes grupos religiosos; a identificação dos símbolos mais importantes de cada tradição religiosa, comparando seu(s) significado(s); e estudo dos métodos utilizados por diferentes tradições religiosas para o relacionamento com o Transcendente, com os outros, consigo mesmas e com o mundo.

Ethos - analisa a vivência crítica e utópica da ética humana a partir das tradições religiosas, por isso considera: as orientações para o relacionamento com o outro, permeado por valores; o conhecimento do conjunto de normas de cada

²⁸ FONAPER. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo: Ave-Maria, 2002.

tradição religiosa, apresentado para os fiéis no contexto da respectiva cultura; e, a fundamentação dos limites éticos propostos pelas várias tradições religiosas.²⁹

Os eixos e conteúdos do Ensino Religioso foram elaborados a partir da concepção de que a atuação do ser humano não se limita às relações com o meio ambiente e às relações sociais, mas sim está sempre em busca de algo que transcende estas realidades. Os eixos e conteúdos do Ensino Religioso podem contribuir em muito para que o ser humano inacabado inquieto e aberto ao Transcendente siga na busca e encontre o sentido para a vida e seja feliz.

Outra questão que tem sido levantada é quanto às dificuldades que estão presentes no imaginário coletivo brasileiro que impedem a compreensão deste ensino como área de conhecimento. A dimensão religiosa durante toda a história da humanidade tem ocupado lugar de destaque na organização da vida das pessoas e das sociedades. Com o avanço das ciências modernas, alguns pensadores passaram a afirmar que a religião estaria no fim, mas isto não se verificou, antes pelo contrário, suas expressões se multiplicaram em diferentes contextos e culturas. Isto porque, como afirma Mircea Eliade, “ser - ou, antes tornar-se - ser humano, significa ser religioso”.³⁰ Por isso, para uma aproximação e conhecimento do ser humano, é preciso considerar a centralidade da dimensão religiosa.

Ao analisarmos o imaginário da cultura brasileira, percebemos que nem sempre o campo religioso foi contemplado com seriedade nas pesquisas. Uma das razões é a presença marcante da idéia de que algumas questões não devem ser discutidas, dentre elas, estão especialmente a política, o futebol e a religião. Esta forma de proceder acaba por colocar entraves que impedem um debate sistemático e científico sobre três dimensões que ocupam boa parcela da vida dos brasileiros e exercem grande influência sobre ela. Uma vez que “não se pode” discutir política, delega-se aos “entendidos”, daí resulta a corrupção, utilização da coisa pública como se fosse privada, além da omissão e do descaso para com a nação. No futebol não é diferente, pois é comandado por cartolas e alguns “sabedores” desta área.

²⁹ FONAPER. *Caderno Temático Ensino Religioso*. n. 1. p. 31-32.

³⁰ ELIADE, Mircea. *O conhecimento sagrado de todas as eras*. São Paulo: Mercury, 1995. p. 401.

Decorrem dessa postura a divinização de alguns poucos e o abandono de milhões de atletas que mal ganham para sobreviver.

Quando o assunto é religião, aí sim é que as coisas se complicam, pois está impregnado no imaginário brasileiro que esta área de forma alguma se discute. Esta atitude, por um lado, delega para os “entendidos”, sejam eles líderes das religiões consideradas “legítimas” ou líderes que atuam, até certo ponto, na clandestinidade; por outro, faz com que cada indivíduo, a partir de sua experiência setorizada, se julgue *expert* neste campo. Estas atitudes contribuem para inviabilizar estudos sistemáticos sobre as manifestações religiosas, além de impedir a visibilidade dos objetivos, funções, razões de ser e incidência desta dimensão sobre a vida dos adeptos. Resulta também numa certa ingenuidade diante do fenômeno religioso, como se ele tivesse sido criado pelas divindades e, por isso, intocável e absoluto. Posturas como estas continuam desencadeando e legitimando milhões de morte em nome de crenças e convicções religiosas fanatizadas.

No campo acadêmico, também se constata alguns entraves, especialmente a partir da concepção evolucionista ao afirmar que com o avanço das ciências modernas a religião se tornaria supérflua, isto porque entendiam que as questões e dramas do ser humano seriam resolvidos cientificamente. Esta idéia ocupou grande parte dos meios acadêmicos que, ainda hoje, seguem pensando que não é possível fazer ciência sobre o fenômeno religioso e suas manifestações. Mas, há por outro lado, um forte movimento em diferentes espaços e níveis acadêmicos espalhados pelo país que, pela seriedade das pesquisas e análise interdisciplinar da complexidade do campo religioso, o colocam em debate. São campos de pesquisas ainda jovens, mas possuem excelentes trabalhos científicos que em muito contribuem para a compreensão desta área do conhecimento.

Coteja-se constantemente neste projeto que o objetivo maior do Ensino Religioso é minimizar as desigualdades sócio-educacionais bem como acentua-se sempre o binômio reflexão/transformação. Nesse caso, é de máxima importância a atenção que se deve dar ao processo avaliativo, buscando integrar o jovem no contexto educacional bem como envolvê-lo numa prática não apenas intelectual, mas, sobretudo, espiritual, sendo capaz de viver bem com os outros e ser um agente

transformador da sociedade. São bem apropriadas as expressões de Tomás de Kempis, citado por Challaye, em sua delicada obra da literatura mística da Idade Média: “Abstém-te do desejo de saber demais... Se souberes de cor a Bíblia inteira e todas as palavras dos filósofos, em que isto te aproveitará no amor a Deus e à Graça?”.³¹

Esta visão é muito mais consistente à avaliação no Ensino Religioso, pois visa uma prática transformadora. A abordagem avaliativa no contexto escolar remete à concepção de ensino/aprendizagem construída na formação acadêmica e pedagógica de cada educador. Essa concepção interfere e influencia no fazer pedagógico e no cotidiano escolar. O ponto de partida para conceber a avaliação no ensino está nos questionamentos que são elaborados frente à avaliação que se pretende implantar para a formação básica do cidadão. Nesta ótica, a avaliação é condição para análise do educador e do educando, provocando reflexões sobre as práticas e processos de aprendizagem, não podendo ser compreendida como um ato meramente de aprovação e reprovação.

Neste contexto, o Ensino Religioso, como área de conhecimento e componente da matriz curricular integrante da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental, também inclui no desenvolvimento do cotidiano escolar a avaliação num conjunto de ações que tem a função de aprofundar os conhecimentos, propondo questionamentos para informar, esclarecer, opinar, discernir, participar e decidir, orientando os educandos para o exercício da cidadania.

Logo, a definição dos planos com seus objetivos, conteúdos e prática didática são elementos essenciais para dar sentido ao processo avaliativo no Ensino Religioso. Na pedagogia desses procedimentos, incluem-se os princípios éticos, estéticos e políticos para a construção do pensamento crítico, criativo e sensível, de modo que cada educando construa sua identidade e sua autonomia. Só há avaliação quando ocorre o ensino, pois esta é parâmetro da aprendizagem dos educandos.

³¹ CHALLAYE, F. R. *Pequenas histórias das grandes filosofias*. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Penna. São Paulo: Nacional, 1966. p. 88.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso,³² apresentam-se elementos que norteiam a prática avaliativa, classificando-a em avaliação inicial, processual, formativa e final. Em cada eixo temático - Culturas e Tradições Religiosas, Textos e Livros Sagrados, Teologias, Ritos e Ethos - há uma caracterização didática com encaminhamentos para avaliação da aprendizagem conforme blocos de conteúdos trabalhados nesses eixos e explicitados como resultado da avaliação, onde o educando e a educanda possam:

- Crescer no respeito às diferenças do outro, chegando a ser motivo de reverência;
- Estabelecer o diálogo, convivendo de forma pacífica, aprofundando as razões históricas da sua própria tradição religiosa;
- Construir seu entendimento sobre o fenômeno religioso;
- Entender o sentido da vida a partir das respostas elaboradas pelas tradições religiosas, desenvolvendo o diálogo com segurança e sem proselitismo.

A avaliação nestes termos decorre da postura do educador em relação ao educando e dos instrumentos utilizados durante o desenvolvimento das aulas para obtenção da aprendizagem destes. Encontra-se uma seara muito grande a ser estudada neste amplo campo do Ensino Religioso no contexto escolar, no sentido de conscientização, transformação, ação, reflexão, prática, convivência, cidadania formando uma visão holística para a formação integral dos jovens.

2.3 Uma relação entre o Ensino Religioso e a construção de valores

Tomando em consideração a sociedade hodierna, é digno de nota destacar o papel da escola no tocante a empreender esforços em todo seu fazer pedagógico para solidificar os valores morais. Essa é uma premissa indispensável que desempenha a educação religiosa em seu papel de ajudar os jovens a buscar uma aproximação com Deus. Assim como é imprescindível uma relação intersubjetiva professor/aluno no processo da aprendizagem, é indissolúvel esse binômio ser humano/Deus.

³² FONAPER, 2002.

Outro ângulo que se pode analisar é a eficácia do Ensino Religioso no tocante à educação integral. Isso quer dizer: a preocupação em educar os jovens em todos seus aspectos, tanto intelectual, emocional e social sem desperceber a formação do senso crítico. O Ensino Religioso é um mediador face às desigualdades sócio-educacionais, pois mesmo diante de tantas dúvidas, violência, escuridão espiritual e apatia dos jovens, ele oferece condições para uma reflexão/transformação. É a busca da sabedoria na turbulência mundana.

Colhe-se novamente importante lição de Agostinho: “é a sabedoria, a própria sabedoria que bruxuleia em mim e rasga a minha nuvem esta me encobre de novo quando desanimo por causa da escuridão e do peso das minhas misérias”.³³ Entretanto, não se pode desperceber quanto à importância da prática pedagógica, isto é, do firme propósito dos educadores que se envolvem nesta importante área do compromisso diante deste processo educacional para que possa viabilizar esse instrumento transformador.

Percebe-se facilmente a conexão do Ensino Religioso principalmente quando jovens exercem sua cidadania, seu senso crítico e usam sua educação numa perspectiva de coletividade.

Os valores se corporificam em coisas simples que mais dependem da confiança resumida na trilogia ser humano/fé/Deus, do que “em montanhas de conhecimentos e aparatos tecnológicos”, mas que sequer se indignam com as injustiças e com a desigualdades sociais. Enfim, urge buscar e efetivar a práxis do verdadeiro significado da Graça. Nesse sentido, refletimos com Torrey:

Verdadeiramente, o mundo por meio de sua sabedoria não conhece a Deus. O verdadeiro significado de “Graça” está oculto ao sábio e ao prudente, mas revelado às criancinhas. “Senhoras de casas simples do interior” são, muitas vezes, mais sábias para as coisas mais profundas de Deus do que os sábios e cientistas. Nosso viajante instruído habitava em um dia perpétuo, mas não era capaz de dizer, fundamentado em sua experiência de vida: “Deus brilhou em nosso coração para, na face de Jesus Cristo, dar a luz do conhecimento da glória de Deus”.³⁴

³³ AGOSTINHO, 2006, p. 54.

³⁴ TORREY, R. A. *Os fundamentos: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais*. São Paulo: Hagnos, 2005. p. 410.

É esta práxis que precisa ser corporificada e conscientizada, a fim de que o ser humano se constitua em seu processo inacabado e reconheça seu papel no universo.

3 ENSINO RELIGIOSO E DESIGUALDADES SÓCIO-EDUCACIONAIS

Falar em desigualdades sociais no tocante à realidade brasileira é um assunto de interesse científico, uma vez que a desigualdade social vem piorando cada vez mais e em um ritmo acelerado, onde os sistemas político e econômico agravam o grande índice de analfabetismo, a criminalidade, o tráfico de drogas e a mortalidade infantil. O povo de classe baixa é submetido a regras e normas sociais ditadas pelo poder que levam ao caminho da alienação e acomodação.

Na tentativa de discutir os problemas e as possíveis soluções das desigualdades sociais, aparecem no cenário científico estudos das Ciências Políticas, Econômicas, Sociológicas e Filosóficas. Porém, o Ensino Religioso apresenta um diálogo entre a teoria e a prática, pois prima pela construção de valores.

É necessário considerar a justiça, o amor, a igualdade, a fraternidade e a ética como valores inerentes ao ser humano e de caráter universal, de forma coerente com os princípios do ecumenismo cuja raiz grega “*oikos*” (casa) significa “toda a terra habitada”. Deste modo, seria canhestro pregar o Evangelho e concordar com as injustiças.

A desigualdade social não é recente, no entanto, não nasceu atrelada ao ser humano. Foi construída ao longo da evolução do pensamento humano. Bastaram pouco mais de cem anos para que a humanidade chegasse ao caos da desigualdade social. Juntamente com a multiplicação do conhecimento científico-tecnológico, multiplicaram-se a soberba, a cobiça, a vaidade, o consumismo e a falta de solidariedade humana. Na verdade, o ser humano atingiu uma alta luminosidade intelectual e altíssima obscuridade espiritual, estando impedido de pensar humanamente. Nesta ótica, colhe-se um grande tributo nas expressões do professor Roberto Zwetsch, em sua importante obra *Missão como com-paixão*:

No início do século 21, ainda vivemos sob a demanda de transformações sociais que custam a se realizar historicamente e que continuam como desafios no horizonte de imensas majorias neste continente. Em certo sentido, as razões socioeconômicas e culturais que deram origem a este projeto ainda estão vigentes e sem solução de continuidade, embora as demandas tenham mudado a partir de novas formas de dominação e desenvolvimento. Os indicadores socioeconômicos, as mudanças políticas,

a nova inserção dos países latino-americanos no mundo globalizado, ainda que apontem para mudanças alvissareiras, dão conta que, em contrapartida, a distância entre pobres e ricos tem aumentado nos países latino-americanos, a miséria mostra sua face das mais diferentes e absurdas formas, agravada agora por uma nova conjuntura internacional dominada por um sistema globalizado e cuja hegemonia está restrita ao capital volátil do sistema financeiro, sem compromissos com as sociedades nacionais. Esta nova conjuntura desafia os governos democráticos eleitos nos anos subseqüentes aos anos dos regimes militares. Ademais, há que considerar as dificuldades próprias das novas relações internacionais sob hegemonia norte-americana e seu projeto imperialista, e os prognósticos de uma crise ecológica de proporções imponderáveis nas próximas décadas.³⁵

De fato, constata-se um descompasso em relação ao progresso tecnológico e, diante de um sistema globalizado, vê-se um completo paradoxo de muita riqueza coexistindo lado a lado com a terrível desigualdade social.

Percebe-se a importância de se enfatizar princípios espirituais. É tarefa do Ensino Religioso trabalhar a educação pela paz cujo trabalho deve começar com as famílias.

É inegável que as famílias têm apresentado mudanças. Entretanto, é importante notar que os valores espirituais e morais não devem ser esquecidos para que as famílias tenham equilíbrio.

A mudança na estrutura familiar perpassa os séculos. Diante de tais mudanças, faz-se necessário repensar os novos paradigmas que norteiam as famílias modernas. O grande papel do Ensino Religioso para lidar com tais vicissitudes é centralizar a educação em valores duradouros e não em valores efêmeros.

O Apóstolo Paulo fez uma metáfora interessante no tocante à formação de valores permanentes ao mencionar que os melhores materiais para construção de personalidades cristãs são: “ouro, prata e pedras preciosas” (1Co 3.10-12). Estes materiais representam qualidades tais como: fé, sabedoria, discernimento, lealdade respeito amoroso a Deus e a suas leis (Sl 19. 7-11; Pv 2.1-6;3.13-14).

Esta é a tarefa do Ensino Religioso face às desigualdades sociais e formando seres humanos de senso crítico, equilibrados e capazes de reconstruir a atual sociedade no caminho da paz. Todavia, para que se concretizem as

³⁵ ZWETSCH, Roberto. *Missão como com-paixão: por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 344.

contribuições do Ensino Religioso na construção de um novo mundo, faz-se necessário uma melhor atenção do Estado. Vale salientar um fragmento do livro *Religião, cultura e educação*, neste sentido muito esclarecedor:

O Ensino Religioso tem função individual e social de formação da cultura: o Estado precisa capacitar o aluno a formar e a exercer sua religiosidade em seu contexto sociocultural; a refletir sobre as condições e a essência da religião; a mobilizar o potencial crítico-constutivo contido na religião; a criticar as abordagens equivocadas no próprio setor e em outros. Por isso, a sociedade precisa mostrar interesse pelo ER.³⁶

A partir deste raciocínio, é imprescindível a tomada de providências por parte do Estado no sentido de rever o currículo do Ensino Religioso com vistas à educação para a paz e à construção de valores, haja vista que ontologicamente o ser humano é religioso.

3.1 O Ensino Religioso e a educação problematizadora

As contribuições de Paulo Freire no tocante à educação problematizadora são de suma importância em se tratando do Ensino Religioso, pois são papéis preponderantes de uma pedagogia libertadora a ação dialógica e a transformação. Temos lembrado que o ser humano é sujeito histórico de reflexão crítica. Para isso, faz-se necessário que o educador trabalhe conteúdos que tenham a ver com os anseios do educando. Vale lembrar as contribuições de Freire em *Pedagogia do oprimido*:

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, com o problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível de ação. Nunca apenas dissertar sobre ela e jamais doar-lhe conteúdos que pouco ou nada tenham a ver com seus anseios, com suas dúvidas, com SUAS esperanças, com seus temores. Conteúdos que, às vezes, aumentam estes temores. Temores de consciência oprimida.³⁷

A partir da concepção de Paulo Freire, o conhecimento deixa de ser compreendido como um ato de doação do educador e torna-se um processo de

³⁶ SCARLATELLI, Cleide C. da Silva (Org.). *Religião, cultura e educação*. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 54.

³⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 49.

construção, realizado no contato do ser humano com o mundo. Esse mundo é um mundo dinâmico, um mundo que se modifica constantemente. Tendo estabelecido nova compreensão do que seja o ser humano e do que seja o mundo, há uma superação da relação vertical professor vs. aluno, criando-se uma relação dialógica *educador-e-educando*. Isso é possível porque o diálogo pressupõe a troca entre seres humanos em comunhão.³⁸

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já, não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar *sendo* com as liberdades e não *contra* elas.³⁹

Ao término desse processo, há a construção de um conhecimento verdadeiramente crítico, pois é um conhecimento resultante de um diálogo reflexivo. Isso “implica em ato constante de desvelar a realidade, posicionando-se nela. O saber construído dessa forma percebe a necessidade de transformar o mundo, porque assim os homens se descobrem como seres históricos”.⁴⁰

Por conseguinte, percebemos a importância do Ensino Religioso na Escola Pública e da ação dialógica professor/aluno, no sentido de ler o mundo e de posicionar-se com base em um raciocínio crítico típico do ser humano que tem autonomia.

Esta autonomia está presente na definição de vocação ontológica de ‘*ser mais*’ que está associada com a capacidade de transformar o mundo. É exatamente aí que o homem se diferencia do animal. Por viver num presente indiferenciado e por não perceber-se como um ser unitário distinto do mundo, o animal não tem história.⁴¹

O modelo de educação proposto por Paulo Freire responde à intencionalidade, essência do ser humano e de sua consciência. Ela está na capacidade de, a um só tempo, admirar e se desprender do mundo, ainda que esteja

³⁸ PAULO FREIRE e a educação: a concepção problematizadora da educação. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/paulo1.html>>. Acesso em: 08 mai. 2009.

³⁹ FREIRE, 1987, p. 39.

⁴⁰ PAULO FREIRE, 2009.

⁴¹ PAULO FREIRE, 2009.

dentro do mundo. Ela desmistifica, problematiza e critica a realidade admirada, gerando a percepção do que Paulo Freire chamou de inédito viável.

Ao término desse processo, há a superação de concepções fatalistas da realidade, pois ao se assumir o caráter dialógico do conhecimento, percebe-se que o mundo é passível de transformação. Assim, a consciência crítica relaciona-se ao mundo cultural mais do que ao mundo natural, uma vez que o educando se percebe como construtor do mundo cultural. A diferenciação entre natureza e cultura é vital para a compreensão pedagógica baseada no pensamento de Paulo Freire, pois a cultura é compreendida como aquilo que o ser humano acrescenta ao mundo, a partir de seu trabalho:

essa descoberta é a responsável pelo resgate da sua auto-estima, pois, tanto é cultura a obra de um grande escultor, quanto o tijolo feito pelo oleiro. Procura-se superar a dicotomia entre teoria e prática, pois durante o processo, quando o homem descobre que sua prática supõe um saber, conclui que conhecer é interferir na realidade, percebe-se como um sujeito da história. Para ele "não se pode separar a prática da teoria, autoridade de liberdade, ignorância de saber, respeito ao professor de respeito aos alunos, ensinar de aprender."⁴²

É digno de nota destacar que a essência do Ensino Religioso é a transformação por meio do diálogo. Entretanto, não se pode desperceber que o diálogo consiste em profundo amor. Daí se faz necessário a tolerância, pois não se concebe a imposição da palavra sem que haja reciprocidade. Entendemos que a conquista do mundo para a libertação dos seres humanos se realiza por meio deste processo dialógico.

Novamente, Freire contribui neste sentido nas seguintes expressões:

Não há dialogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos, e que não possa verificar-se na relação de dominação. Nesta, o que há é patologia de amor sadismo em quem domina; masoquismo nos dominados. Amor, não é. Porque um ato de coragem, nunca de medo, o amor é o compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor esta em comprometer-se

⁴² PAULO FREIRE, 2009.

com sua causa. A causa de sua libertação. Mas, este compromisso, porque é amoroso, é dialógico.⁴³

A proposta de Paulo Freire pretende superar a dicotomia professor vs. aluno. Para que isso seja possível, a educação problematizadora defende que professor e aluno ocupam, a um só tempo, as duas posições no processo pedagógico:

*Trocando de papéis um permite ao outro ser sujeito e crescer junto. Em vez de professor que transmite comunicado sobre um objeto e um aluno que passivamente recebe estas informações acreditando ter aprendido, a educação problematizadora traz o professor para posição do aluno e o aluno para posição do professor. Professor-aluno são sujeitos do processo, crescem juntos. O educando ao ser educado também educa. Ambos crescem na crítica da própria reflexão e ação. Neste processo, o professor e o aluno são mediadores, um do aprendizado do outro.*⁴⁴

A partir de situações-desafios, essa proposta educacional permite espaços pedagógicos em que professor e aluno são desafiados a construir dialogicamente o conhecimento. Com isso, intenta-se que ambos sejam sujeitos do processo. Entendemos assim o diferencial da ação pedagógica do Ensino Religioso, em comparação com todas as outras disciplinas, posto que o processo dialógico deve desaguar não apenas na apreensão de conteúdos, mas na vivência. Para que o processo de aprendizagem seja verdadeiramente significativo, é preciso que haja a apropriação do aprendido, de modo a tornar-se apreendido. A partir daí, é possível a reelaboração, a reinvenção e aplicação do conhecimento em situações reais do cotidiano. Para que o conhecimento seja produzido e assimilado, é preciso haver interações propícias com objetos e entre sujeitos. Dessa forma, o aprendizado de um colabora no aprendizado de outrem, gerando um círculo virtuoso:

*Fazer é compreender em ação uma dada situação em grau suficiente para atingir os fins propostos. Compreender é conseguir dominar, em pensamento, as mesmas situações até poder resolver os problemas por elas levantados, em relação ao porquê e ao como das ligações constatadas e, por outro lado, utilizadas na ação.*⁴⁵

Para que a compreensão seja atingida plenamente, é necessário fazer e, para que algo seja feito perfeitamente, é preciso conhecer. Fazer e compreender

⁴³ FREIRE, 1987, p. 93-94.

⁴⁴ OKADA, Alexandra L. O. *A mediação pedagógica em Freire e Piaget*. Disponível em: <<http://mediacaopuc.br.tripod.com/medale1.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2009.

⁴⁵ OKADA, 2009.

estão implicados mutuamente, de modo que não podem ser separados na atividade pedagógica:

A ação cria o elo, o ponto que permite o confronto contínuo da realidade com a reflexão, com a consciência; a ação transporta a realidade até a consciência, produzindo-a; a consciência, assim produzida, retroage sobre a ação modificando-a; esta ação, assim modificada, transforma a realidade; a realidade transformada produz, mediante a ação, uma nova consciência... e assim, numa espiral sem fim.⁴⁶

Neste contexto, percebemos a consistência curricular do Ensino Religioso na Escola Pública ao promover efetivamente o diálogo com vistas à transformação. É bom ressaltar que entre as dez razões para promover o diálogo inter-religioso, citadas no livro *Um novo mundo é possível*, podemos destacar o quarto item, intitulado “Caminho do diálogo”, com o diálogo nas seguintes expressões:

O diálogo não é algo exterior às religiões, mas um traço característico seu. Em primeiro lugar, pela própria razão humana, uma vez que como pessoas somos diálogo. Isto é, o diálogo não é algo que se acrescenta ao ser humano, mas é sua dimensão constituinte e constituidora. Ser é dialogar de forma que a existência humana é constituída dialogicamente. E as religiões são comunidades humanas, não podem escapar desse dado antropológico fundamental.⁴⁷

É interessante destacar que as religiões devem estar abertas ao diálogo. Entretanto, quando as religiões são tentadas a se firmar em si e a se fechar no fundamentalismo radical, que exclui a verdade do outro, este movimento fere sua própria gênese do diálogo com Deus, com a alma humana, entre os crentes e com o mundo. A essência das religiões é o dialogar! O caminho do diálogo é o caminho das religiões.

A partir da ação e reflexão, o educando e o educador vão construindo o conhecimento juntos, permitindo que ambos se tornem investigadores críticos. O educador, na educação problematizadora, refaz e reconstrói, constantemente, o seu conhecimento na capacidade de conhecimento dos seus educandos; estes passam a investigar criticamente a realidade em diálogo com o educador que, por este mesmo processo dialógico, torna-se também um investigador crítico.⁴⁸

⁴⁶ OKADA, 2009.

⁴⁷ GUIMARÃES, Marcelo R. *Um novo mundo é possível*. São Leopoldo. Sinodal, 2004. p. 52.

⁴⁸ OKADA, 2009.

E é por meio desta alteridade que trilha a educação problematizadora no âmbito religioso para alcançar o caminho da paz e do novo mundo possível.

3.2 As injustiças sociais na ótica do Ensino Religioso

Neste item, é importante estabelecermos um intertexto com o professor José Romero Araújo Cardoso,⁴⁹ posto que ele oferece significativas contribuições com um olhar crítico sobre as injustiças sociais. Destacamos a importância de um trabalho abalizado do Ensino Religioso, anunciando e denunciando as injustiças sociais e a proposta para a paz. Vale ressaltar que o objetivo primordial que emana do Ensino Religioso é a ética universal. Conforme bem destaca o Teólogo Hans Küng, as religiões da humanidade, em sua pluralidade, apresentam seis traços fundamentais:

O bem-estar das pessoas: as religiões apontam no concreto para a vida das pessoas, a integridade, a liberdade e a solidariedade; As máximas elementares da humanidade, padrões não negociáveis, tais como: não matar, não mentir, não roubar...; O sensato caminho do meio, buscando uma posição harmônica entre extremos; A formulação da regra áurea: aquilo que não desejas para ti também não faças para outras pessoas; Motivações éticas, corporificando uma nova postura e um novo estilo de vida; Um horizonte de sentido e determinação de objetivos, que introduz um elemento de esperança na vida dos seus membros. Dessa forma o diálogo inter-religioso, mais do que um novo caminho, constitui-se num aprofundamento daquilo que os grupos religiosos já têm em comum e um desenvolvimento de suas convergências.⁵⁰

Conforme se conclui da leitura acima, os valores universais são permanentes e devem ser trabalhados por todas as religiões para promover a educação para a paz. Deste modo, os governantes precisam apresentar um novo olhar para observar a importância do Ensino Religioso, uma disciplina que influencia o ser humano a fazer uma releitura do mundo. A sofisticação do mundo atual excede em muito os períodos anteriores: informações instantâneas, avanços técnico-científicos surpreendentes e produção de alimentos suficiente para eliminar a fome do mundo.⁵¹

⁴⁹ CARDOSO, José Romero Araújo. *Como acabar com a miséria e as injustiças sociais*. Disponível em: <<http://www.marcoslacerdapb.hpg.ig.com.br/romero/miseria.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2009.

⁵⁰ KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 85-90.

⁵¹ CARDOSO, 2009.

Na mitologia grega, Proteus é penalizado por roubar o fogo sagrado para aquecer os seres humanos, devendo sofrer o suplício eterno. Com o capitalismo, novos patamares de desenvolvimento foram atingidos e, juntamente com esse desenvolvimento, milhões de pessoas ficaram sujeitas à humilhação e a condições de exclusão da sociedade. Ainda que possamos abolir a fome, milhares de pessoas diariamente morrem pela falta de alimentos em sua mesa.

Apesar dos avanços, a terra ainda está mergulhada em problemas infindáveis: conflitos regionais e a ameaça de se tornar global, violência urbana, conturbações no campo, destruição da natureza, exigência de reforma agrária em países subdesenvolvidos... Tudo isso faz com que os temores da humanidade se redobrem. Há sustentabilidade para o planeta com tantas colheitas de ódio e rancor? Haverá condição de harmonizarem-se todas as nações, todos os povos e todas as crenças?⁵²

Alguns anos atrás, a existência do Bloco Soviético suscitava questionamentos a respeito de uma guerra iminente entre Capitalismo e Socialismo. No entanto, ao lado do medo, havia o refreamento do ímpeto capitalista, sob o manto da “ameaça comunista”. A queda do Bloco Soviético teve como consequência o aprofundamento do capitalismo, imperando a lei do mais forte.

Amor, respeito, consideração, apreço e ternura são valores desprezados pela humanidade, presente em todas as classes sociais e em todos os níveis de uma escala, de uma hierarquia. Individualmente cada país tem seus graus internos de intolerância, dos intocáveis indianos aos negros norte-americanos, ainda discriminados, dos argelinos sufocados num passado próximo pela França aos favelados brasileiros, não esquecendo o papel ridículo que tem sido exercido pela minoria que se arvorou do poder em nosso país, submetendo negros e índios a suplícios inenarráveis ainda hoje.⁵³

Para que o currículo do Ensino Religioso na Escola Pública trabalhe temas, tais como amor, justiça, valores, tolerância, solidariedade e respeito, conforme foi discutido acima, é preciso que se olhe o Evangelho desde o ponto de vista de Cristo, pois esta palavra pode estar dentro de outros contextos. Novamente, vale a pena ponderar as contribuições do professor Roberto Zwetsch, em sua importante obra *Missão como com-paixão*:

⁵² CARDOSO, 2009.

⁵³ CARDOSO, 2009.

Evangelho pode também conotar idéias religiosas no mundo greco-romano, em conexão com o culto imperial do César romano. “Quando, no primeiro século, se anunciou o evangelho de Jesus Cristo, ele foi anunciado no contexto de outros evangelhos que pretendiam salvação a uma humanidade que ansiava por gozo e paz”, é o que afiança Padilha. Por isso é preciso perceber no que este evangelho de Cristo se diferencia de outras mensagens. Hoje enfrentamos a mesma dificuldade, seja na igreja, seja na sociedade.⁵⁴

O ser humano produz injustiças sociais e a miséria. Cardoso interpreta essa situação como um drama draconiano, pois o ser humano um dia foi feliz, com uma divisão justa de suas colheitas entre todos os membros da comunidade. Nesse tempo, o ser humano vivia “despreocupado”. John Lennon cantou o amor e harmonia entre os seres humanos, lançando um grito anárquico a favor da luta pela fraternidade entre todos os povos. Para vencermos a exclusão, há a necessidade de que as oportunidades sejam iguais a todas as pessoas e a todos os povos, superando qualquer empecilho à cidadania.⁵⁵

Este contexto deve nortear o Ensino Religioso, denunciando fluentemente as injustiças e proporcionando o diálogo e buscando a tolerância.

3.3 Uma análise crítica quanto à metodologia do Ensino Religioso

No currículo do Ensino Religioso, nota-se uma tendência ao fundamentalismo e à doutrinação. Entretanto, é necessário romper o silêncio e recuperar a palavra para que haja a efetiva transformação. Neste sentido, merece novamente ponderarmos em um fragmento do livro *Religião, cultura e educação*:

A recuperação da palavra leva ao descobrimento e à valorização da função vital que desempenha a comunicação nos processos educativos e culturais. Antes de mais nada, uma educação centrada no fortalecimento e no desenvolvimento cultural não pode deixar de ser crítica, ante os modernos meios de comunicação de massa, que se apresentam ao público como instrumentos neutros de informação e cultura, escondendo atrás disso seu papel de reprodutor da ideologia dominante e transmissor do universo simbólico e da estrutura de significações dos grupos hegemônicos, com os quais procuram, de maneira eficaz, criar o consenso social, configurando toda a sociedade dentro do marco de seus padrões culturais.⁵⁶

⁵⁴ ZWETSCH, 2008, p. 164.

⁵⁵ CARDOSO, 2009.

⁵⁶ SCARLATELLI, 2006, p. 102-103.

A discussão que se tem feito no bojo de todo este trabalho visa buscar correntes pedagógicas que trabalhem uma educação voltada ao diálogo e à prática de valores. Algumas sugestões apresentadas no item 406 do *Documento de Aparecida* trazem excelentes contribuições no sentido de analisar criticamente a metodologia do Ensino Religioso, exortando a sair do campo teórico para a prática, quando debateu a globalização da solidariedade e justiça internacional. Esses princípios poderão ser aplicados em qualquer currículo do Ensino Religioso, visto serem universais.

A igreja na América Latina e no Caribe sente que tem uma responsabilidade em formar cristãos e sensibilizá-los a respeito das grandes questões da justiça internacional. Por isso, tanto os pastores como os construtores da sociedade têm que estar atentos aos debates e normas internacionais sobre a matéria. Isso é especialmente importante para os leigos que assumem responsabilidades públicas, solidários com a vida dos povos. Por isso, propomos o seguinte:

a) Apoiar a participação da sociedade civil para a re-orientação e conseqüente reabilitação ética da política. Por isso, são muito importantes os espaços de participação da sociedade civil para a vigência da democracia, uma verdadeira economia solidária e um desenvolvimento integral, solidário e sustentável.

b) Formar na ética cristã que estabelece como desafio a conquista do bem comum, a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais; é necessário colocar como prioridade a criação de oportunidades econômicas para setores da população tradicionalmente marginalizados, como as mulheres e os jovens, a partir do reconhecimento de sua dignidade. Por isso, é necessário trabalhar por uma cultura da responsabilidade em todo nível que envolva pessoas, empresas, governos e o próprio sistema internacional.

c) Trabalhar pelo bem comum global é promover uma justa regulamentação da economia, das finanças e do comércio mundial. É urgente prosseguir no desenvolvimento externo para favorecer os investidores em desenvolvimento e gasto social, prever normas globais para prevenir e controlar os movimentos especulativos de capitais para a promoção de um comércio justo e a diminuição das barreiras protecionistas dos poderosos, para assegurar preços adequados das matérias-primas que os países empobrecidos produzem e de normas justas para atrair e regular os investimentos e serviços, entre outros.

d) Examinar atentamente os tratados inter-governamentais e outras negociações a respeito do livre comércio. A igreja do país latino-americano envolvido, à luz de um balanço de todos os fatores que estão em jogo, precisa encontrar os caminhos mais eficazes para alertar os responsáveis políticos e a opinião pública a respeito das eventuais competências negativas que podem afetar os setores mais desprotegidos e vulneráveis da população.

e) Chamar todos os homens e mulheres de boa vontade a colocar em prática princípios fundamentais como o bem comum (a casa de todos), a subsidiariedade, a solidariedade intergerencial e intragerencial.⁵⁷

O Ensino Religioso deve estar centrado em princípios vitais que denunciem as injustiças e ofereçam propostas transformadoras para o caminho da paz.

3.4 Proposições para um Ensino Religioso que responda à realidade da Escola Pública

Entendemos que as proposições de um Ensino Religioso que atenda à realidade da Escola Pública devem compreender os quatro pilares da educação integral do ser humano discutidos por Jacques Delors:

- 1) **Aprender a conhecer:** a educação será continuada e permanente, porque o mérito do ser humano está em evoluir;
- 2) **Aprender a fazer:** é algo que acontece ao longo de toda a vida, no meio social constituído pela comunidade a que pertence cada cidadão, ou cidadã, principalmente na família;
- 3) **Aprender a viver juntos:** a descoberta do outro é fundamental para a descoberta de si mesmo. Isto só acontece num diálogo com o outro de forma recíproca e generosa;
- 4) **Aprender a ser:** a palavra “ética” vem do vocábulo grego “ethos”, que significa costume, hábitos, maneira comum de viver, segundo as normas reconhecidas como politicamente corretas numa determinada sociedade.⁵⁸

Ética e moral são trilhos que estão sempre juntos e numa mesma direção, sobre os quais desliza a conduta humana. Seu ponto de partida e de chegada é a arte de bem viver. Assim, cada ser humano traz em si um potencial que somente a educação poderá contribuir para o desenvolvimento total da pessoa. E essa educação está nas mãos de quem se dedica e se volta aos estudos capazes de formar cidadãos conscientes, como filósofos, sociólogos, antropólogos, pedagogos, etc... As pessoas voltadas para o interesse na construção de uma geração melhor.

Por que ainda alguns resistem na implantação do Ensino Religioso nas escolas? Será que não estão preocupados com o futuro de nossa geração?

⁵⁷ ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Documento de Aparecida*: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 183-184.

⁵⁸ DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez : Brasília: MEC/UNESCO, 2000. p. 89-102.

Enquanto fenômeno e enquanto objeto de conhecimento, a arte e a religião constituem importante patrimônio da humanidade.

A missão da escola é educar e instruir os alunos, ajudando-os a integrar-se na sociedade. A escola tem a função social de preparar os alunos para o enfrentamento das futuras exigências de sua comunidade. Apesar das barreiras existentes nas escolas, construídas pela falta de equilíbrio entre o conhecimento científico e o humano, o professor poderá modificar a sociedade.⁵⁹

Com base nessa visão dos quatro pilares do conhecimento, pode-se prever grandes conseqüências na educação. O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento, objeto de preocupação constante de quem ensina, deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo. Enfim, ser socialmente competente.

Uma educação fundamentada nos quatro pilares acima elencados sugere alguns procedimentos didáticos que lhe sejam condizentes, como:

- Relacionar o tema com a experiência do estudante e de outros personagens do contexto social;
- Desenvolver a pedagogia da pergunta;
- Proporcionar uma relação dialógica com o estudante;
- Envolver o estudante num processo que conduz a resultados, conclusões ou compromissos com a prática;
- Oferecer um processo de auto-aprendizagem e co-responsabilidade no processo de aprendizagem;
- Utilizar o jogo pedagógico com o princípio de construir o texto.

Para mudar nossa história e lograr conquistas, precisamos ousar em cortar as cordas que impedem o próprio crescimento, exercitar a cidadania plena, aprender a usar o poder da visão crítica, entender o contexto desse mundo, ser o ator da própria história, cultivar o sentimento de solidariedade, lutar por uma sociedade mais justa e solidária e, acima de tudo, acreditar sempre no poder transformador da educação.

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.bispado.org.br/documentos>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

Ainda como proposição de um Ensino Religioso que responda à realidade da Escola Pública, nós entendemos que se deve trabalhar os sete saberes da educação do futuro definidos por Edgar Morin.

Os sete saberes necessários à educação do futuro não têm nenhum programa educativo, escolar ou universitário. Aliás, não estão concentrados no primário, nem no secundário, nem no ensino universitário, mas abordam problemas específicos para cada um desses níveis. Eles dizem respeito aos setes buracos negros da educação, completamente ignorados, subestimados ou fragmentados nos programas educativos. Programas esses que devem ser colocados no centro das preocupações sobre a formação dos jovens, futuros cidadãos.

3.4.1 O conhecimento

Para Edgar Morin, o primeiro buraco negro está relacionado ao *conhecimento*. O modelo de ensino atual prioriza a aquisição de saberes, relegando o conhecimento ao segundo plano. Isso gera o erro e a ilusão. Quando as crenças do passado são analisadas, percebemos que a maioria possui erros e ilusões. O conhecimento é mais do que um reflexo ou um espelho da realidade: é uma tradução, uma interpretação e uma reconstrução da realidade.

Mesmo no fenômeno da percepção, através do qual os olhos recebem estímulos luminosos que são transformados, decodificados, transportados a outro código, que transita pelo nervo ótico, atravessa várias partes do cérebro para, enfim, transformar aquela informação primeira em percepção. A partir deste exemplo, podemos concluir que a percepção é uma reconstrução.⁶⁰

Outro exemplo de que o conhecimento é uma tradução é dado pela visão. Quando alguém se encontra próximo, parece maior do que aquelas pessoas que se encontram distantes. A distância faz com que o cérebro atribua uma dimensão idêntica a todas as pessoas. Do mesmo modo, os raios ultravioletas não podem ser vistos, mas determinam o modo como a visão percebe a realidade. Nossas percepções são reconstruções, traduções da realidade. Toda tradução corre o risco de ser equivocada. Não há diferença entre uma percepção e uma alucinação. Para

⁶⁰ MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/setesaberes.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2009.

diferenciar uma da outra, é preciso a ajuda de outra pessoa, que vai dizer se o que é visto é ou não realidade. Dessa forma, a alucinação é uma constante ameaça, presente inclusive nos processos de leitura. Na leitura, sempre há a possibilidade de que uma linha ou parágrafo seja saltado e, dessa forma, completado com informações pelo cérebro. Quando um acidente acontece, esta realidade está bem presente: cada pessoa que presenciou o acontecido possui uma versão distinta da história. Suas versões são delimitadas pelo ângulo e pelas emoções envolvidas.⁶¹

Edgar Morin entende que há erros históricos que podem ser qualificados de históricos. A título de exemplo, durante os anos que precedem a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha e a França possuíam partidos socialistas fortes. Esses partidos eram pacifistas e contrários à guerra que se anunciava. Iniciada a guerra, ambos os partidos passaram a fazer propaganda massiva, imputando atos ignóbeis ao outro lado até o término do conflito bélico. Algo semelhante ocorre atualmente, em embates como os ocorridos no Oriente Médio.⁶²

3.4.2 O conhecimento pertinente

Edgar Morin identifica o segundo buraco negro da educação no fato de não haver um ensino de *conhecimentos pertinentes*, um conhecimento que não mutile seu objeto. O modo de conhecimento atual está edificado de forma disciplinar. Isso permitiu um avanço significativo da compreensão do mundo. No entanto, o conhecimento disciplinar é fragmentado, não havendo uma visão do conjunto. Um dos imperativos da educação é colocar os conhecimentos em contexto, a fim de possibilitar uma visão do todo. Mesmo uma ciência como a economia, a mais avançada e sofisticada das ciências humanas, muitas vezes erra em suas previsões porque prioriza o cálculo em suas análises. Aspectos como os sentimentos, as paixões, os desejos, os temores e os medos derrubam as previsões. Esses aspectos estão presentes constantemente, pois são essenciais para o ser humano.⁶³

A contextualização dos conhecimentos é um elemento de suma importância. Em termos históricos e geográficos, por exemplo, cada novo conflito traz à tona o

⁶¹ MORIN, 2009.

⁶² MORIN, 2009.

⁶³ MORIN, 2009.

conhecimento de uma nova região do planeta (Kosovo, Timor Leste ou Serra Leoa) antes desconhecida. Mesmo o contexto precisa ser contextualizado, pois os acidentes locais têm repercussões globais.⁶⁴

3.4.3 A identidade humana

O terceiro aspecto é a *identidade humana*. É curioso que nossa identidade seja completamente ignorada pelos programas de instrução. Podemos perceber alguns aspectos do ser humano biológico em Biologia, alguns aspectos psicológicos em Psicologia, mas a realidade humana é indecifrável. Somos indivíduos de uma sociedade e fazemos parte de uma espécie. Todavia, ao mesmo tempo em que fazemos parte de uma sociedade, temos a sociedade como parte de nós, pois desde o nosso nascimento a cultura nos imprime. Nós somos de uma espécie, mas ao mesmo tempo a espécie é em nós e depende de nós. Se nos recusamos a nos relacionar sexualmente com um parceiro de outro sexo, acabamos com a espécie. Portanto, o relacionamento entre indivíduo-sociedade-espécie é como a trindade divina, um dos termos gera o outro e um se encontra no outro. A realidade humana é trinitária.⁶⁵

Acreditamos ser possível a convergência entre todas as ciências e a identidade humana. Um certo número de agrupamentos disciplinares vai favorecer esta convergência. É necessário reconhecer que, na segunda metade do século XX, houve uma revolução científica, reagrupando as disciplinas em ciências pluridisciplinares. Assim, há a cosmologia, as ciências da terra, a ecologia e a pré-história. Por outro lado, as ciências da terra nos inscrevem neste planeta formado por fragmentos cósmicos, resultados de uma explosão de sóis anteriores. Resta saber como estes fragmentos reunidos e aglomerados puderam criar tal organização, uma auto-organização, para nos dar este planeta. É necessário mostrar que ele gerou a vida, e a nós somos, que somos filhos da vida. A biologia, com a teoria da evolução, prova-nos como trazemos dentro de nós, efetivamente, o

⁶⁴ MORIN, 2009.

⁶⁵ MORIN, 2009.

processo de desenvolvimento da primeira célula vivente que se multiplicou e se diversificou.⁶⁶

Quando sonhamos com nossa identidade, devemos pensar que temos partículas que nasceram no despertar do universo. Temos átomos de carbono que se formaram em sóis anteriores ao nosso, pelo encontro de três núcleos de hélio que se constituíram em moléculas e neuromoléculas na terra. Somos todos filhos do cosmos, mas nos transformamos em estranhos através de nosso conhecimento e de nossa cultura. Portanto, é preciso ensinar a unidade dos três destinos, porque somos indivíduos, mas como indivíduos somos, cada um, um fragmento da sociedade e da espécie *Homo sapiens*, à qual pertencemos. E o importante é que somos uma parte da sociedade, uma parte da espécie, seres desenvolvidos sem os quais a sociedade não existe. A sociedade só vive com essas interações.⁶⁷

É importante, também, mostrar que, ao mesmo tempo em que o ser humano é múltiplo, ele é parte de uma unidade. Sua estrutura mental faz parte da complexidade humana. Portanto, ou vemos a unidade do gênero e esquecemos a diversidade das culturas e dos indivíduos, ou vemos a diversidade das culturas e não vemos a unidade do ser humano. Esse problema vem causando polêmicas desde o século XVIII, quando Voltaire disse: "os chineses são iguais a nós, têm paixões, choram". E Herbart, o pensador alemão, afirmou: "entre uma cultura e outra não há comunicação, os seres são diferentes". Os dois tinham razão, mas na realidade essas duas verdades têm que ser articuladas. Nós temos os elementos genéticos da nossa diversidade e, é claro, os elementos culturais da nossa diversidade.⁶⁸

É preciso lembrar que rir, chorar, sorrir, não são atos aprendidos ao longo da educação, são inatos, mas modulados de acordo com a educação. Heigerfeld fez uma observação sobre uma jovem surda-muda de nascença que ria, chorava e sorria. Atualmente, estudos demonstram que o feto começa a sorrir no ventre da mãe. Talvez porque não saiba o que o espera depois... Mas isso nos permite entender a nossa realidade, nossa diversidade e singularidade. Chegamos, então,

⁶⁶ MORIN, 2009.

⁶⁷ MORIN, 2009.

⁶⁸ MORIN, 2009.

ao ensino da literatura e da poesia. Elas não devem ser consideradas como secundárias e não-essenciais. A literatura é para os adolescentes uma escola de vida e um meio para se adquirir conhecimentos. As ciências sociais vêem categorias e não indivíduos sujeitos a emoções, paixões e desejos. A literatura, ao contrário, como nos grandes romances de Tolstói, aborda o meio social, o familiar, o histórico e o concreto das relações humanas com uma força extraordinária. Podemos dizer que as telenovelas também nos falam sobre problemas fundamentais do ser humano: o amor, a morte, a doença, o ciúme, a ambição, o dinheiro. Temos que entender que todos esses elementos são necessários para entender que a vida não é aprendida somente nas ciências formais. E a literatura tem a vantagem de refletir sobre a complexidade do ser humano e sobre a quantidade incrível de seus sonhos.⁶⁹

Podemos, então, compreender a complexidade humana através da literatura. A poesia nos ensina a qualidade poética da vida, essa qualidade que nós sentimos diante de fatos da realidade. Como, por exemplo, os espetáculos da natureza: o céu de Brasília que é tão bonito. A vida não deve ser uma prosa que se faça por obrigação. A vida é viver poeticamente na paixão, no entusiasmo. Para que isso aconteça, devemos fazer convergir todas as disciplinas conhecidas para a identidade e para a condição humana, ressaltando a noção de *homo sapiens*; o homem racional e fazedor de ferramentas, que é, ao mesmo tempo, louco e está entre o delírio e o equilíbrio, nesse mundo de paixões em que o amor é o cúmulo da loucura e da sabedoria. O homem não se define somente pelo trabalho, mas também pelo jogo. Não só as crianças, como também os adultos gostam de jogar. Por isso vemos partidas de futebol. Nós somos *Homo ludens*, além de *Homo economicus*. Não vivemos só em função do interesse econômico. Há, também, o *homo mitologicus*, isto é, vivemos em função de mitos e crenças. Enfim o homem é prosaico e poético. Como dizia Hölderling: "O homem habita poeticamente na terra, mas também prosaicamente e se a prosa não existisse, não poderíamos desfrutar da poesia".⁷⁰

⁶⁹ MORIN, 2009.

⁷⁰ MORIN, 2009.

3.4.4 A compreensão humana

O quarto aspecto é sobre a *compreensão humana*. Nunca se ensina sobre como compreender uns aos outros, como compreender nossos vizinhos, nossos parentes, nossos pais. O que significa compreender? A palavra compreender vem do latim, *comprehendere*, que quer dizer: *colocar junto todos os elementos de explicação*, ou seja, não ter somente um elemento de explicação, mas diversos. Mas a compreensão humana vai além disso, porque, na realidade, ela comporta uma parte de empatia e identificação. O que faz com que se compreenda alguém que chora, por exemplo, não é analisar as lágrimas no microscópio, mas saber o significado da dor, da emoção. Por isso, é preciso compreender a compaixão, que significa sofrer junto. É isto que permite a verdadeira comunicação humana.⁷¹

A grande inimiga da compreensão é a falta de preocupação em ensiná-la. Na realidade, isto está se agravando, já que o individualismo ganha um espaço cada vez maior. Estamos vivendo numa sociedade individualista, que favorece sentido de responsabilidade individual, que desenvolve o egocentrismo, o egoísmo e que, conseqüentemente, alimenta a autojustificação e a rejeição ao próximo. A redução do outro, a visão unilateral e a falta de percepção sobre a complexidade humana são os grandes empecilhos da compreensão. Outro aspecto da incompreensão é a indiferença. E, por este lado, é interessante abordar o cinema, que os intelectuais tanto acusam de alienante. Na verdade, o cinema é uma arte que nos ensina a superar a indiferença, pois transforma em heróis os invisíveis sociais, ensinando-nos a vê-los por um outro prisma. Charlie Chaplin, por exemplo, sensibilizou platéias inteiras com o personagem do vagabundo. Outro exemplo é Coppola, que popularizou os chefes da Máfia com "O Chefão". No teatro, temos a complexidade dos personagens de Shakespeare: reis, gangsters, assassinos e ditadores. No cinema, como na filosofia de Heráclito: "Despertados, eles dormem". Estamos adormecidos, apesar de despertados, pois diante da realidade tão complexa, mal percebemos o que se passa ao nosso redor. Por isso, é importante este quarto ponto: compreender não só os outros como a si mesmo, a necessidade de se auto-examinar, de analisar a autojustificação, pois o mundo está cada vez mais

⁷¹ MORIN, 2009.

devastado pela incompreensão, que é o câncer do relacionamento entre os seres humanos.⁷²

3.4.5 A incerteza

O quinto aspecto é a *incerteza*. Apesar de, nas escolas, ensinar-se somente as certezas, como a gravitação de Newton e o eletromagnetismo, atualmente a ciência tem abandonado determinados elementos mecânicos para assimilar o jogo entre certeza e incerteza, da micro-física às ciências humanas. É necessário mostrar em todos os domínios, sobretudo na história, o surgimento do inesperado. Eurípides dizia no fim de três de suas tragédias que: "os deuses nos causam grandes surpresas, não é o esperado que chega e sim o inesperado que nos acontece". É a velha idéia de 2.500 anos, que nós esquecemos sempre. As ciências mantêm diálogos entre dados hipotéticos e outros dados que parecem mais prováveis. Os processos físicos, assim como outros também, pressupõem variações que nos levam à desordem caótica ou à criação de uma nova organização, como nas teorias sobre a incerteza de Prigogine, baseadas nos exemplos dos turbilhões de Born. Analisando retroativamente a história da vida, constata-se que ela não foi linear, que não teve uma evolução de baixo para cima. A evolução segundo Darwin foi uma evolução composta de ramificações, a exemplo do mundo vegetal e do mundo animal. O homem vem de uma dessas ramificações e conseguiu chegar à consciência e à inteligência, mas não somos a meta da evolução, fazemos parte desse processo. A história da vida foi, na verdade, marcada por catástrofes.⁷³

As duas guerras mundiais destruíram muito na primeira metade do século XX. Três grandes impérios da época, por exemplo, o romano-otomano, o austro-húngaro e o soviético, desapareceram. Isto nos demonstra a necessidade de ensinar o que chamamos de ecologia da ação: a atitude que se toma quando uma ação é desencadeada e escapa ao desejo e às intenções daquele que a provocou, desencadeando influências múltiplas que podem desviá-la até para o sentido oposto ao intencionado. A história humana está repleta de exemplos dessa natureza. O mais evidente no final do século XX foi o projeto político de Gorbatchev, que

⁷² MORIN, 2009.

⁷³ MORIN, 2009.

pretendeu reformar o sistema político da União Soviética, mas acabou provocando o começo de sua própria desagregação e implosão.⁷⁴

Assim tem acontecido em todas as etapas da história. O inesperado aconteceu e acontecerá, porque não temos futuro e não temos certeza nenhuma do futuro. As previsões não foram concretizadas, não existe determinismo do progresso. Os espíritos, portanto, têm que ser fortes e armados para enfrentarem essa incerteza e não se desencorajarem. Essa incerteza é uma incitação à coragem. A aventura humana não é previsível, mas o imprevisto não é totalmente desconhecido. Somente agora se admite que não se conhece o destino da aventura humana. É necessário tomar consciência de que as futuras decisões devem ser tomadas contando com o risco do erro e estabelecer estratégias que possam ser corrigidas no processo da ação, a partir dos imprevistos e das informações que se tem.⁷⁵

3.4.6 A condição planetária

O sexto aspecto é a *condição planetária*, sobretudo na era da globalização no século XX – que começou, na verdade no século XVI com a colonização da América e a interligação de toda a humanidade. Esse fenômeno que estamos vivendo hoje, em que tudo está conectado, é um outro aspecto que o ensino ainda não tocou, assim como o planeta e seus problemas, a aceleração histórica, a quantidade de informação que não conseguimos processar e organizar. Este ponto é importante porque existe, neste momento, um destino comum para todos os seres humanos. O crescimento da ameaça letal se expande em vez de diminuir: a ameaça nuclear, a ameaça ecológica, a degradação da vida planetária. Ainda que haja uma tomada de consciência de todos esses problemas, ela é tímida e não conduziu ainda a nenhuma decisão efetiva. Por isso, faz-se urgente a construção de uma consciência planetária.⁷⁶

É necessária uma certa distância em relação ao imediato para podermos compreendê-lo. E, atualmente, dada a aceleração e a complexidade do mundo, é

⁷⁴ MORIN, 2009.

⁷⁵ MORIN, 2009.

⁷⁶ MORIN, 2009.

quase impossível. Mas, faz-se necessário ressaltar, é esta a dificuldade. É necessário ensinar que não é suficiente reduzir a um só a complexidade dos problemas importantes do planeta, como a demografia, ou a escassez de alimentos, ou a bomba atômica, ou a ecologia. Os problemas estão todos amarrados uns aos outros. Daqui para frente, existem, sobretudo, os perigos de vida e morte para a humanidade, como a ameaça da arma nuclear, como a ameaça ecológica, como o desencadeamento dos nacionalismos acentuados pelas religiões. É preciso mostrar que a humanidade vive agora uma comunidade de destino comum.⁷⁷

3.4.7 A antropo-ética

O último aspecto é o que chamamos de *antropo-ético*, porque os problemas da moral e da ética diferem a depender da cultura e da natureza humana. Existe um aspecto individual, outro social e outro genético, diria de espécie. Algo como uma trindade em que as terminações são ligadas: a antropo-ética. Cabe ao ser humano desenvolver, ao mesmo tempo, a ética e a autonomia pessoal (as nossas responsabilidades pessoais), além de desenvolver a participação social (as responsabilidades sociais), ou seja, a nossa participação no gênero humano, pois compartilhamos um destino comum.⁷⁸

A antropo-ética tem um lado social que não tem sentido se não for na democracia, porque a democracia permite uma relação indivíduo-sociedade e nela o cidadão deve se sentir solidário e responsável. A democracia permite aos cidadãos exercerem suas responsabilidades através do voto. Somente assim é possível fazer com que o poder circule, de forma que aquele que foi uma vez controlado, terá a chance de controlar. Porque a democracia é, por princípio, um exercício de controle. Não existe, evidentemente, democracia absoluta. Ela é sempre incompleta. Mas sabemos que vivemos em uma época de regressão democrática, pois o poder tecnológico agrava cada vez mais os problemas econômicos. Na verdade, é importante orientar e guiar essa tomada de consciência social que leva à cidadania, para que o indivíduo possa exercer sua responsabilidade.⁷⁹

⁷⁷ MORIN, 2009.

⁷⁸ MORIN, 2009.

⁷⁹ MORIN, 2009.

Por outro lado, a ética do ser humano está se desenvolvendo através das associações não-governamentais, como os Médicos Sem Fronteiras, o Greenpeace, a Aliança pelo Mundo Solidário e tantas outras que trabalham acima de entidades religiosas, políticas ou de Estados nacionais, assistindo aos países ou às nações que estão sendo ameaçadas ou em graves conflitos. Devemos conscientizar a todos sobre essas causas tão importantes, pois estamos falando do destino da humanidade. Seremos capazes de civilizar a terra e fazer com que ela se torne uma verdadeira pátria? Estes são os sete saberes necessários ao ensino. E não digo isso para modificar programas. Em minha opinião, não temos que destruir disciplinas, mas sim integrá-las, reuni-las em uma ciência como, por exemplo, as ciências da terra (a sismologia, a vulcanologia, a meteorologia), todas elas articuladas em uma concepção sistêmica da terra.

Penso que tudo deva estar integrado para permitir uma mudança de pensamento; para que se transforme a concepção fragmentada e dividida do mundo, que impede a visão total da realidade. Essa visão fragmentada faz com que os problemas permaneçam invisíveis para muitos, principalmente para muitos governantes. E hoje que o planeta já está, ao mesmo tempo, unido e fragmentado, começa a se desenvolver uma ética do gênero humano, para que possamos superar esse estado de caos e começar, talvez, a civilizar a terra. Notamos que o Ensino Religioso deve apropriar-se destas realidades, pois cada ser humano deve fazer sua história. Neste sentido, Danilo Streck, em sua obra *Correntes Pedagógicas*, menciona:

A práxis, portanto, tem este sentido de destacar a função essencial de homens e mulheres de fazer a sua história, em vários níveis e com isso de modelar a sua própria existência. Mas este produzir-se enquanto homens e mulheres não se dá dentro de um vazio e seria igualmente ilusório creditar que em qualquer momento o ser humano pode ser o que ele deseja.⁸⁰

É nesta ótica que se promove o senso crítico, possibilitando a todos modelar a sua existência, pois o ser humano é histórico e como tal está em processo de constante melhoramento em sentido moral, intelectual e social.

⁸⁰ STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 153.

CONCLUSÃO

Desde quando começamos a investigar a história do Ensino Religioso, começamos a descobrir que o ser humano é ontologicamente religioso. Sendo assim, os valores, a justiça, a tolerância, o amor, a paz e a solidariedade são elementos que estão na essência do próprio ser humano. O Ensino Religioso constitui parte significativa da formação para a vida, pois incide sobre valores morais, éticos e sociais. Não é possível reduzir o Ensino Religioso à mera transmissão de conhecimentos porque ele possui um caráter interdisciplinar que não pode ser relegado ao segundo plano.

Reconstruir a história do Ensino Religioso no Brasil auxilia na compreensão da formação desta disciplina, com seus desafios e particularidades. O Ensino Religioso foi reconhecido como possuidor de uma contribuição para a formação da cidadania, independentemente de cor, cultura e religião. Dessa forma, o professor de Ensino Religioso necessita de um acompanhamento em sua prática pedagógica, a fim de desempenhar adequadamente as expectativas que sobre ele pairam.

O Ensino Religioso tem um papel preponderante também no currículo da escola pública quando pautado pela ótica da pedagogia da pergunta, posto que esta foi a diretriz de Cristo conforme se vê na parábola do bom Samaritano, quando um certo doutor da lei indaga Jesus acerca de quem era seu próximo. Jesus não se apressa a fornecer uma resposta pronta àquele homem. Entretanto, à base da pedagogia da pergunta, fez o próprio interlocutor chegar à conclusão (Lc 10.36).

O Ensino Religioso não pode ser confundido com catequese. Ele é uma disciplina curricular e área do conhecimento que visa proporcionar ao educando conhecimentos básicos do que compõe o fenômeno religioso. Dessa forma, garantido pela legislação vigente, o Ensino Religioso encontra-se ao lado de disciplinas como Antropologia, Pedagogia, Sociologia e outras, compondo um saber interdisciplinar que visa dar conta da pluralidade do campo religioso em que estamos inseridos.

Conforme se percebe ao longo deste trabalho, não somente se apresentou conceitos sobre valores, senso crítico, justiça, tolerância e paz, mas o diferencial que propomos para o currículo do Ensino Religioso é denunciar e anunciar propostas abalizadoras para converter a teoria em prática. O professor possui um importante papel a desempenhar neste cenário, pois ele torna-se um mediador entre teoria e prática, a partir de seu testemunho existencial. O exemplo docente neste tocante é importante, pois a criança e o jovem procuram exemplos que levam para sua vida. Mais do que exibir a Bíblia, o professor de Ensino Religioso precisa dinamizar o Evangelho no dia-a-dia, na experiência diária. As virtudes somente têm validade se tomam corpo na prática. Professores e alunos que vivenciam a fé em seu cotidiano possuem um elo espiritual com Deus.

A ação dialógica é uma centelha que conserva as diretrizes do Ensino Religioso acesas. Entretanto, este diálogo não deve ficar apenas na área intelectual, mas deve ser entendido como um meio de transformação fazendo do Ensino Religioso o caminho pedagógico que a Escola Pública deve encontrar para que o ser humano possa sentar-se à mesma mesa e servir-se de solidariedade, fraternidade, amor, igualdade social, justiça e paz.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. 21. ed. Bragança Paulista: São Francisco, 2006.
- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo do judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARDOSO, José Romero Araújo. *Como acabar com a miséria e as injustiças sociais*. Disponível em: <<http://www.marcoslacerdapb.hpg.ig.com.br/romero/miseria.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2009.
- CARON, Lourdes. *Entre conquistas e concessões: uma experiência ecumênica em educação religiosa escolar*. São Leopoldo: Sinodal, 1997.
- CATECHESI TRADENDAE. n. 5. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CHALLAYE, F. R. *Pequenas histórias das grandes filosofias*. Tradução e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Penna. São Paulo: Nacional, 1966.
- CNBB. *Catequese renovada: orientações e conteúdo*. n. 125. São Paulo: Paulinas, 1983.
- DELORS, Jacques. Os quatro pilares da educação. In: DELORS, Jacques (Org.). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2000.
- ELIADE, Mircea. *O conhecimento sagrado de todas as eras*. São Paulo: Mercuryo, 1995.
- FERNANDES, Maria M. S. *Afinal, o que é Ensino Religioso?* 2. ed. São Paulo: Paulus, 2000.
- FONAPER. *Caderno Temático Ensino Religioso*. n. 1.
- _____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Religioso*. São Paulo: Ave-Maria, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Lei n. 7.945*. Salvador, 13 nov. 2001.

- GRUEN, Wolfgang. *O Ensino Religioso na escola*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GUIMARÃES, Marcelo R. *Um novo mundo é possível*. São Leopoldo. Sinodal, 2004.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Oliveira; OLIVEIRA, Lillian Blanck de. *Ensino Religioso: memória e perspectivas*. Edição comemorativa dos dez anos do FONAPER. Curitiba: Champagnat, 2005.
- KLEIN, Remí; CARDOSO, Socorro (Org.). *Ensino religioso: em busca de uma proposta ecumênica*. São Leopoldo: Celadec, 1996.
- KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 1988.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/setesaberes.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- OKADA, Alexandra L. O. *A mediação pedagógica em Freire e Piaget*. Disponível em: <<http://mediacaopuc.br.tripod.com/medale1.htm>>. Acesso em: 08 mai. 2009.
- OLIVEIRA, Lillian Blanck de. Formação e docência: passos, com-passos e (des)com-passos. In: BRANDENBURG, Laude E.; FUCHS, Henri L.; KLEIN, Remí; WACHS, Manfredo C. (Orgs.). *Práxis do Ensino Religioso na escola: IV Simpósio de Ensino Religioso* 12 a 14 abr. 2007. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- PAULO FREIRE e a educação: a concepção problematizadora da educação. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/paulo1.html>>. Acesso em: 08 mai. 2009.
- PESSOA, Fernando. Liberdade. In: PESSOA, Fernando. *Poesias*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 jun. 1934. Art. 153. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.
- _____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Emenda Constitucional n. 1*. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 5.692. Brasília, 11 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l5692.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9.394. Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

_____. *Lei n. 9.475*. Brasília, 22 jul. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9475.htm>. Acesso em: 17 abr. 2009.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SCARLATELLI, Cleide C. da Silva (Org.). *Religião, cultura e educação*. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

SÍNODO DOS BISPOS. *Catequese para o nosso Tempo*. n. 1, 1977.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TORREY, R. A. *Os fundamentos: a famosa coletânea de textos das verdades bíblicas fundamentais*. São Paulo: Hagnos, 2005.

ZWETSCH, Roberto. *Missão como com-paixão: por uma teologia da missão em perspectiva latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

ANEXO A

Publicada D.O.E.
Em 14.11.2001

LEI Nº 7.945 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2001

Dispõe sobre o Ensino Religioso Confessional pluralista nas Escolas da rede pública de ensino do Estado da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão, cumprindo ao Estado ministrá-lo nos horários normais de funcionamento das escolas públicas estaduais de educação básica, especial, profissional e reeducação, nas unidades escolares vinculadas às Secretarias da Educação e da Justiça e Direitos Humanos.

§ 1º - A disciplina instituída por esta Lei é de matrícula facultativa, sendo disponível na forma confessional pluralista, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 2º - No ato de matrícula, os alunos com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos, ou os pais ou responsáveis por aqueles de idade inferior a esta, deverão expressar, se o desejarem, a opção pela frequência ao Ensino Religioso, especificando, neste caso, a preferência de credo.

§ 3º - A formação de turmas de Ensino Religioso independe da série que o aluno esteja cursando, cumprindo observar as disponibilidades de recursos humanos e materiais.

Art. 2º - Para ministrar o Ensino Religioso o professor deverá ter formação específica, comprovada por certificado fornecido pela respectiva Igreja ou entidade por ela mantida ou credenciada.

Art. 3º - O programa da disciplina instituída por esta Lei será estabelecido pela Secretaria de Educação do Estado, conjuntamente com as instituições religiosas competentes, credenciadas junto à Secretaria.

Art. 4º - A carga horária mínima da disciplina Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 13 de novembro de 2001.

CÉSAR BORGES
Governador

Sérgio Ferreira
Secretário de Governo

Eraldo Tinoco
Secretário da Educação

Heraldo Eduardo Rocha
Secretário da Justiça e Direitos Humanos